



TRANQUILIDADE



Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A.

Avenida da Liberdade, n.º 242

1250-149 Lisboa, Portugal

Registo na Conservatória de Registo

Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231

www.tranquilidade.pt



TRANQUILIDADE

COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

Índice Geral



COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

06	01	Órgãos Sociais
10	02	Relatório do Conselho de Administração
20	03	Demonstrações Financeiras
26	04	Demonstração do Rendimento Integral
30	05	Mapa de Variação de Capitais Próprios
36	06	Demonstração de Fluxos de Caixa
38	07	Anexo às Demonstrações Financeiras
86	08	Divulgação das Políticas de Remuneração
100	09	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
108	10	Quadros Directivos
112	11	Rede de Lojas

01

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral**Presidente**

Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração**Presidente**

Rui Manuel Leão Martinho

Vogais

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Comissão Executiva**Presidente**

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Membros

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal**Presidente**

José Manuel Ruivo da Pena

Vogais

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal Suplente

José Ramos Teles de Matos

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado em representação de KPMG e Associados



Peter Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente





Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2011.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, já no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamental.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do *Fed* e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas.

2.1.1. Situação Económica Internacional

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, em desaceleração face ao registo de 3,0% observado no ano anterior, traduzindo os impactos negativos de alguns choques externos sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do tremor de terra do Japão, a subida do preço do petróleo ou os reflexos da crise da dívida europeia. O menor dinamismo do investimento (cujo crescimento anual diminuiu de 17,9% para 4,7%) e a contracção no consumo público (-2,1%), constituíram as razões fundamentais daquela evolução, uma vez que o consumo privado apresentou uma relativa sustentação (expansão de 2,2% em 2011, após registo de 2,0% em 2010).

Dada a ausência de suporte dos mercados accionistas e do mercado habitacional, que tradicionalmente sustentam o consumo das famílias, o crescimento deste agregado resultou fundamentalmente de uma melhoria no mercado de trabalho e da tendência de descida da taxa de poupança. Assistiu-se, no conjunto do ano, à criação de mais de 1,6 milhões novos empregos e à redução da taxa de desemprego de 9,6% para 9,0% da população activa entre o primeiro e o último mês do ano. Por seu lado, a taxa de poupança recuou de 5,2% para 4,0% do rendimento disponível no mesmo período.

A inflação homóloga fechou o ano em 3,0%, acima do *target* definido pela autoridade monetária (de 2,0%), mas com uma tendência claramente decrescente e com as expectativas de crescimento dos preços ancoradas no médio prazo. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, até final do 1º semestre, o 2º programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de 600 mil milhões de dólares de *Treasuries* de longo prazo e manteve a *target rate* dos *fed funds* em níveis historicamente baixos (no intervalo entre 0% e 0,25%). A relativa falta de tracção da retoma da actividade levou a Reserva Federal a adoptar medidas adicionais de

política monetária na segunda metade de 2011, nomeadamente, anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013.

Na Zona Euro, depois de uma expressiva aceleração no início do ano, graças à forte expansão do investimento, e em particular do investimento em construção, beneficiando de condições climáticas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre. O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1,5%, em desaceleração face ao registo de 1,9% no ano anterior.

Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3,0% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1,0% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10,4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2,7%, após o registo de 1,6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1,0% para 1,5%, em dois movimentos ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1,0%.

Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorava no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou duas novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos), aos montantes solicitados pelos bancos e à taxa média das operações principais de refinanciamento em vigor ao longo do período correspondente.

2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, o ano de 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (que fechou o ano de 2011 em BBB- no caso da notação atribuída pela S&P e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6,6% para 13,36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1 153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI/UE/BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de 78 mil milhões de euros, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4,0% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3,0%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11,0%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7,0% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1,5% em 2011.

Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% do PIB para um valor em torno de 6,1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2,0% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois da expansão registada no ano anterior, 2011 foi um ano de contracção sem paralelo da produção de seguro directo, que recuou para um volume inferior ao de 2005. Os prémios emitidos ascenderam a 11 666 milhões de euros, o que representa uma quebra de 4 674 milhões de euros (-28,6%) em relação ao ano anterior.

A produção do ramo Vida foi a principal responsável por este comportamento negativo. Com prémios de 7 533 milhões de euros e uma

taxa de variação de -38,1%, o segmento Vida diminuiu em quase 10 p.p. a quota no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,6% em 2011). Na base desta evolução esteve a comercialização de produtos financeiros do ramo Vida, em particular de produtos de bancasseguros.

A profunda necessidade de financiamento dos bancos levou os respectivos grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (sobretudo depósitos a prazo), em detrimento de outros que geram essencialmente receitas de comissões, como produtos de seguros e fundos de investimento. Também a queda do rendimento disponível dos particulares e as alterações ao nível dos incentivos fiscais dos PPR contribuíram para os resultados negativos do ramo Vida.

No segmento Não Vida o decréscimo da produção foi relativamente marginal, afectando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis económicas, mas não inibindo o crescimento moderado de outros. O volume de prémios atingiu 4 133 milhões de euros (-0,9% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+1,5%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de protecção embora a difícil conjuntura económica que famílias e empresas atravessam condicionasse a sua expansão. Também os ramos Multirriscos (+2,3%), em especial Habitação e Comércio, mantiveram um ritmo de crescimento consistente com a tendência dos últimos anos, expressando uma maior preocupação de protecção em tempos de incerteza.

Com uma evolução negativa continua o ramo Acidentes de Trabalho (-3,7%), reflexo da redução do emprego e da contenção da massa salarial da economia. O ramo Automóvel manteve basicamente estagnado o seu volume de prémios (-0,8%).

O peso da actividade seguradora no PIB diminuiu de 9,25% em 2010 para 6,48% em 2011. O segmento Vida representa 4,18% do PIB e o Não Vida representa 2,29% (6,89% e 2,36% em 2010, respectivamente).

De acordo com as contas provisórias do sector segurador, o resultado líquido do exercício em 2011 atingiu os 43 milhões de euros, que compara com 414 milhões de euros em 2010. Esta quebra de rentabilidade da actividade seguradora incidiu naturalmente sobre o ramo Vida, onde se concentra cerca de 80% da carteira de investimentos gerida pelo sector, fortemente afectada pela conjuntura adversa dos mercados de capitais. A componente técnica apresentou uma relativa estabilidade pois a diminuição dos prémios e o aumento dos montantes pagos, principalmente em resgates e vencimentos, foram compensados pela redução da provisão matemática.

Embora sem a expressão do ramo Vida, a queda da componente financeira (-42,8%) também afectou o resultado do segmento Não Vida. O saldo da conta técnica sofreu uma melhoria (+29,4%) face ao ano anterior, resultado da contenção dos custos com sinistros.

2.2. Factos Relevantes em 2011

Os últimos anos corresponderam a um período muito adverso no sector segurador, o que é visível na ausência de crescimento e na forte degradação da margem do sector que não dá mostras de correcção significativa.

Num contexto de agravamento da crise económica, 2011 reflectiu as dificuldades reais quer das empresas, quer das famílias, com o mercado Não Vida em ligeiro decréscimo (-0,9%) e o mercado Vida em contracção profunda (-38,1%), contrariando os sinais positivos que se prenunciavam no ano anterior.

No mercado Não Vida, apesar da continuidade da adopção de medidas correctivas nos preços dos ramos obrigatórios – Automóvel e Acidentes

de Trabalho - por parte da generalidade das maiores seguradoras, a rentabilidade do sector mantém-se em níveis pouco saudáveis. Com efeito, o rácio combinado do sector persiste acima dos 100% e as taxas de sinistralidade mantêm-se elevadas nos ramos de maior expressão como o Automóvel e os Acidentes de Trabalho, tendo-se neste último ramo degradado fortemente face a 2010.

Em 2011, a Tranquilidade sustentou a dinâmica de crescimento já evidenciada em 2010, consistentemente superior ao mercado, o que conduziu ao reforço da sua quota de mercado.

A Tranquilidade materializou a sua ambição de tornar-se a Companhia preferida pelos Mediadores Profissionais com base em três linhas de fundo - Serviço, Sensibilidade e Solidez - e aprofundou um conjunto de iniciativas lançadas no ano anterior que foram determinantes para a boa performance alcançada:

- Enfoque no desenvolvimento de relações estáveis e duradouras com Parceiros Profissionais multimarca e exclusivos, nomeadamente através do investimento nas plataformas de serviço a Mediadores (nos sistemas de simulação e emissão, na gestão de sinistros e nos processos financeiros);
- Alinhamento de toda a organização para a melhoria contínua do serviço e proximidade a Parceiros, aliada a uma presença permanente no terreno de todas as estruturas comerciais de apoio à rede, dos directores de 1ª linha e da Comissão Executiva;
- Atenção prioritária ao necessário esforço de correcção dos preços, quer por via de ajustamentos tarifários, quer por via de maior critério na efectiva aplicação dos *scorings* pela rede de Parceiros, o que permitiu consolidar em 2011 os resultados positivos já alcançados em 2010:
 - Prémio médio de novos seguros no ramo automóvel subiu 7%;
 - Prémio médio de novos seguros no ramo AT também subiu 4%;
- Continuação do esforço para reequilibrar a rentabilidade, ajustando os preços ao custo do risco na renovação das apólices em carteira, mantendo a erosão bastante controlada em Automóvel;
- Melhoria e inovação na oferta em conjunto com o reforço das ferramentas para desenvolver o equipamento - nomeadamente, com o lançamento do novo seguro de viagem, da variante de multirrisco habitação sem franquias e da opção *light* em saúde para o segmento Negócios, bem como com a disponibilização de alertas de equipamento aos Agentes e alargamento do desconto de bancarização a empresas;

A nível comercial, a Tranquilidade manteve-se fiel ao princípio do justo equilíbrio na gestão entre o curto e o longo prazo, tão necessário para a criação sustentada de valor, num contexto de mercado particularmente adverso:

- O crescimento de 3,2% permitiu recuperar 0,4 p.p. de quota de mercado face a 2010 e 0,7 p.p. acumulados desde 2009;
- Todos os canais evoluíram positivamente:
 - Na rede de Agentes Multimarca e Exclusivos, o crescimento foi de aproximadamente 6%;
 - Os Corretores cresceram aproximadamente 5%;
 - Os programas de bancasseguros com o Banco Espírito Santo (nos segmentos de Empresas e de Particulares Private), sempre em sã convivência com a rede de Parceiros Profissionais, representaram 13% da receita da Tranquilidade;

- A Tranquilidade alargou consistentemente, ao longo de todo o ano, a sua base de Clientes, que ascende agora a aproximadamente 660 000 clientes, o que representou uma subida de aproximadamente 12 500 novos clientes;
- Todos os segmentos de Clientes, com excepção de Negócios cresceram: Particulares (+4,1%), Negócios (+0,0%) e Empresas (+4,3%);
- Os produtos âncora Automóvel e Acidentes de Trabalho e o produto estratégico Saúde evidenciaram um dinamismo determinante no bom desempenho da receita;
- O programa Assurfinance, fortemente consubstanciado na rede de já 43 Postos Avançados (lojas conjuntas entre Agentes Tranquilidade e o BES) e no Clube E com mais de 400 Agentes, continua a revelar-se um exemplo de sucesso da captação de sinergias ao nível do Grupo Financeiro, quer na captação de clientes (19% da captação do BES), quer na captação de recursos (9% da variação do stock de recursos do BES).

A nível operativo, a Companhia aprofundou as iniciativas lançadas no ano anterior, com vista ao reforço da qualidade de serviço prestado a Clientes e Agentes:

- Alargamento das capacidades de gestão de sinistros aos produtos âncora Multirrisco e Acidentes de Trabalho, para uma gestão de sinistros mais próxima:
 - Concedeu-se serviço aos Agentes dando-lhes capacidade de abertura de sinistros Multirrisco e Acidentes de Trabalho e, também, a possibilidade de visualização e acompanhamento do estado do processo ao longo de todo o ciclo de regularização do sinistro em Acidentes de Trabalho;
- Introdução de novas ferramentas de simplificação e agilização da venda no próprio posto de trabalho do Agente (SIA-net):
 - Alargou-se o número de simuladores disponíveis e o portfolio de produtos passíveis de emissão e alteração local, cobrindo todo o espectro de produtos dos segmentos de Particulares e Negócios;
 - Lançou-se a nova ferramenta de gestão de apólices grupo;
 - Automatizou-se o sistema de captação de clientes para o BES através da forte integração com o processo bancário de abertura de conta;
- Introdução de novos dispositivos que tornaram os processos financeiros mais ágeis e transparentes, nomeadamente:
 - Disponibilizou-se o saldo da conta efectivo *on-line*;
 - Desmaterializaram-se os extractos de Vida e Não Vida;
 - Possibilitou-se a gestão de recibos e cartas verdes de forma desmaterializada;
- Continuação dos ganhos nos tempos de resposta a cotações e a reclamações, reclamações cujo número diminuiu novamente em 2011.

Todo este investimento possibilitou um progresso significativo nos níveis de satisfação dos Agentes e dos Clientes, como mostra a evolução dos nossos inquéritos internos e de estudos sectoriais independentes como o BASEF e o ECSI.

Na prossecução do Programa de Eficiência, os custos operacionais reduziram-se de forma expressiva (-2,7%, -1,9 M€), com o contributo das reduções nos custos com pessoal (-1,3%), fornecimentos e serviços externos (-3,5%) e amortizações (-8,4%).

Já no 2º semestre de 2011, lançou-se os fundamentos do programa Movida que se destina ao reforço da especialização da nossa rede de Agentes na actividade Vida, designadamente com forte pendimento e ambição comercial,

a realizar nos próximos anos, em soluções de valor acrescentado para vida risco, previdência e reforma.

No que respeita aos investimentos estratégicos da Tranquilidade, a seguradora directa Logo, S.A., lançada em 2008, que opera exclusivamente pelos canais telefónico, internet e quiosques, alcançou os 120 183 Clientes. A Logo manteve o segundo lugar do *ranking* do ramo Automóvel entre as seguradoras directas, com uma variação positiva de 0,2p.p. de quota de mercado Automóvel, apesar dos aumentos tarifários introduzidos que visaram um melhor equilíbrio entre crescimento e rentabilidade. O *businessplan* para este novo negócio prevê que se atinja o *breakeven* em 2013.

O saldo técnico global aumentou de 51,4 milhões de euros para 60,3 milhões de euros, o que representa uma subida de 17,3%, contribuindo de forma decisiva para o resultado líquido. A Tranquilidade continua a exibir um forte rácio de solvabilidade, que atingiu individualmente 671% no final de 2011, por via da valorização dos investimentos estratégicos.

Fundado nos pilares de Serviço, Sensibilidade e Solidez, o ano de 2011 ficará marcado como um ano de sucesso para a Tranquilidade.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

(milhares de euros)

	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Balanço			
Investimentos	1 095 857	911 061	20,3
Activo líquido	1 314 070	1 107 557	18,6
Capital próprio	380 303	303 532	25,3
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	85 917	84 215	2,0
Provisão para sinistros (SD+RA)	477 829	500 821	-4,6
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	442 058	463 207	-4,6
Provisões técnicas (SD+RA)	590 688	619 617	-4,7
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro directo	338 018	327 532	3,2
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	296 340	284 991	4,0
Custos com sinistros de seguro directo	222 479	210 895	5,5
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	215 994	201 014	7,5
Custos operacionais	67 434	69 288	-2,7
Rendimentos	28 521	22 709	25,6
Resultado líquido	33 878	12 235	176,9
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / N° de empregados	498,6	475,4	4,9
Taxa de sinistralidade de seguro directo	66,1%	65,4%	0,7 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	72,9%	70,5%	2,4 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	9,8%	3,6%	6,1 p.p.
Rácio combinado bruto de resseguro	93,9%	99,2%	-5,3p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	101,8%	104,7%	-2,9 p.p.
Rácio de solvência	671,0%	573,0%	98 p.p.

2.4. A Actividade da Tranquilidade em 2011

2.4.1. Prémios de Seguro Directo

O total do volume de prémios de seguro directo atingiu os 338 018 milhares de euros em 2011, o que significa um crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior. O mercado segurador não vida apresentou uma variação negativa de 0,9% relativamente a 2010.

Num contexto de evolução negativa, ainda que moderada, do mercado segurador Não Vida, a Tranquilidade conseguiu um bom desempenho da sua produção, com variações bem acima da média do mercado em segmentos significativos. As maiores seguradoras que operam no

nosso mercado tiveram uma evolução negativa em 2011, resultante principalmente de quebras de produção em Automóvel e em Acidentes de Trabalho. No entanto, a Tranquilidade distinguiu-se pela positiva, com +10 486 milhares de euros de prémios de seguro directo em 2011, resultado da estratégia firme de subida de preços ajustados ao risco.

Em Acidentes e Doença, a produção da Tranquilidade foi superior à do ano anterior em 4 103 milhares de euros (+4,0%), com variações em Acidentes de Trabalho de +2 290 milhares de euros (+3,9%) e em Saúde de +2 504 milhares de euros (+7,0%), muito acima da média do sector (-3,7% e +1,5%, respectivamente). A produção de Multirriscos também teve um comportamento muito positivo, com +2 154 milhares de euros face ao ano anterior (+4,7% vs +2,3% do mercado) assim como o ramo Automóvel que apresentou um crescimento de 3,3% enquanto o sector sofreu uma quebra de 0,8%.

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Directo	2011	%	2010	%	VAR 11/10 (%)
Acidentes e doença	107 492	31,8	103 389	31,6	4,0
Incêndio e outros danos	62 127	18,4	61 511	18,8	1,0
Automóvel	138 316	40,9	133 945	40,9	3,3
Transportes	6 994	2,1	6 956	2,1	0,5
Responsabilidade civil	10 459	3,1	10 915	3,3	-4,2
Diversos	12 630	3,7	10 816	3,3	16,8
Total	338 018	100,0	327 532	100,0	3,2

A quota de mercado da Tranquilidade subiu para 8,2% em 2011, o que compara com 7,8% em 2010, mantendo a 4ª posição em termos de *ranking* no segmento Não Vida. À semelhança do ano anterior, no grupo das 4 maiores seguradoras não vida, a Tranquilidade foi a única que ganhou quota de mercado em 2011.

2.4.2. – Custos com Sinistros de Seguro Directo

O total de custos com sinistros de seguro directo em 2011 ascendeu a 222 479 milhares de euros, aumentando cerca de 11 584 milhares de euros (+5,5%) em relação a 2010. Este agravamento deveu-se ao aumento dos custos com sinistros em Automóvel (+13 735 milhares de euros, +16,8%) e em Acidentes e Doença (+4 770 milhares de euros, +6,0%), nomeadamente em Acidentes de Trabalho (+1 174 milhares de euros) e Saúde (+4 118 milhares de euros).

Positivamente, destaca-se o decréscimo dos custos com sinistros em Incêndio e Outros Danos (-5 567 milhares de euros, -13,6%). De notar que o ano de 2010 foi muito prejudicado pelas intempéries ocorridas durante o ano (com destaque para a catástrofe da Madeira e o temporal no Continente), e também pela existência de grandes sinistros, de montantes envolvidos elevados, em Multirrisco Industrial.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Directo	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Acidentes e doença	84 920	80 150	6,0
Incêndio e outros danos	35 294	40 861	-13,6
Automóvel	95 364	81 629	16,8
Transportes	3 510	2 502	40,3
Responsabilidade civil	2 274	4 614	-50,7
Diversos	1 117	1 139	-1,9
Total	222 479	210 895	5,5

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) subiu 0,7 p.p. em relação ao ano anterior, para 66,1%, devido

sobretudo ao aumento verificado em Acidentes e Doença (de 78,2% para 78,5%) e Automóvel (de 62,1% para 69,5%). Em Incêndio e Outros Danos, a taxa de sinistralidade desceu de 67,5% para 57,3%.

(%)

Custos com Sinistros / Prémios Brutos Adquiridos *	2011	2010
Acidentes e doença	78,5	78,2
Incêndio e outros danos	57,3	67,5
Automóvel	69,5	62,1
Transportes	49,5	36,3
Responsabilidade civil	21,3	43,3
Diversos	9,4	10,9
Total	66,1	65,4

*custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3. Provisões Técnicas de Seguro Directo

As provisões técnicas de seguro directo em 2011 ascenderam a 582 215 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 29 513 milhares de euros relativamente ao ano anterior (-4,8%). Destaque para a diminuição verificada na Provisão para Sinistros de 25 335 milhares de euros e na Provisão para Riscos em Curso de 7 899 milhares de euros.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Directo	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Provisão para prémios não adquiridos	83 534	81 964	1,9
Provisão para sinistros	472 633	496 450	-4,8
Acidentes de trabalho	177 219	175 701	0,9
Outros ramos	295 414	320 749	-7,9
Outras provisões técnicas	26 048	33 314	-21,8
Total	582 215	611 728	-4,8

2.4.4. Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2011, de 27 514 milhares de euros, degradou-se em 9 393 milhares de euros (51,8%), devido à menor recuperação de comissões e indemnizações e a um maior volume de prémios cedidos.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Prémios	49 918	47 582	4,9
Comissões	-7 340	-10 296	-28,7
Sinistros e variação das provisões técnicas	-15 064	-19 166	-21,4
Resultado	27 514	18 121	51,8

2.4.5. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2011, no valor de 60 273 milhares de euros, apresentou um crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior.

Embora penalizado pelo agravamento dos custos com sinistros e pelo saldo de resseguro, o aumento da produção, um menor volume de custos de aquisição e a variação das provisões técnicas permitiram uma subida do saldo técnico líquido de resseguro em 8 870 milhares de euros.

Em termos de grupos de ramos, a maior subida verificou-se em Acidentes e Doença, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um

acréscimo de 9 685 milhares de euros em relação ao ano anterior (subida da produção e maior recuperação da provisão para riscos em curso).

Por outro lado, a maior quebra foi registada em Automóvel com o saldo técnico a descer 4 697 milhares de euros (apesar do crescimento da produção, os custos com sinistros, a variação da provisão para riscos em curso e o saldo de resseguro penalizaram o ramo).

(milhares de euros)

Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Acidentes e doença	17 545	7 860	123,2
Incêndio e outros danos	5 750	5 440	5,7
Automóvel	29 602	34 299	-13,7
Transportes	1 814	1 653	9,7
Responsabilidade civil	5 129	3 654	40,4
Diversos	433	-1 503	128,8
Total	60 273	51 403	17,3

2.4.6. Custos Operacionais

O total de custos operacionais decresce 2,7% em 2011 (-1 854 milhares de euros), atingindo um valor de 67 434 milhares de euros. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia através da contínua implementação do plano de eficiência de custos em curso.

Os Custos com Pessoal decrescem 1,3% (-489 milhares de euros), em linha com a redução do quadro de pessoal da Companhia. Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 3,5% e as Amortizações 8,4%, o que permitiu poupanças de 761 milhares de euros e 608 milhares de euros, respectivamente.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Custos com pessoal	36 074	36 563	-1,3
Fornecimentos e serviços externos	21 149	21 910	-3,5
Impostos e taxas	2 539	2 433	4,4
Amortizações	6 621	7 229	-8,4
Outros *	1 051	1 153	-8,8
Total	67 434	69 288	-2,7

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

2.4.7. Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2011 foram admitidos no quadro efectivo 23 novos colaboradores e verificaram-se 34 saídas, das quais 15 por situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo diminuiu em 1,6% face a 2010 para 678 colaboradores. A produtividade aumentou em relação ao ano anterior, fruto do aumento verificado na produção, com o ratio prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo a atingir 499 milhares de euros (475 milhares de euros em 2010).

	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Admissões	23	27	-14,8
Saídas	34	52	-34,6
das quais pré-reforma ou reforma	15	24	-37,5
Total quadro efectivo	678	689	-1,6
Prémios SD / n° Efectivos (milhares de euros)	499	475	5,1

2.4.8. Investimentos

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida europeia e o impacto desta na “economia real”, particularmente na Europa, devido à restrição do crédito a empresas e particulares, e pelo abrandamento económico a nível global. As economias emergentes não se apresentaram imunes, estando expostas através das exportações e dos fluxos de capitais, que direccionando-se menos para estas economias condicionaram assim a sua expansão.

Entre as economias desenvolvidas o destaque vai para os indicadores positivos das economias americana e alemã. Nos EUA, apesar da desaceleração do crescimento esperado para 2011 os piores cenários que previam uma nova recessão foram postos de lado. No conjunto do ano o crescimento do PIB deverá ser de 1,7%, um abrandamento face aos 3% registados no ano anterior. O mercado de trabalho apresentou um maior dinamismo, especialmente no final do ano, com a criação de postos de trabalho a subir para os valores mais altos desde a crise de 2008-09 e a taxa de desemprego a descer para 9,0%, face aos 9,6% do final de 2010.

Na Europa, a crise da dívida penalizou o crescimento em 2011, pressão que se foi sentindo nas economias centrais após o Verão, com o aumento da pressão sobre a Espanha e Itália, assombrando as expectativas de crescimento para o final de 2011 e primeiro semestre de 2012. Em termos individuais, a Alemanha deverá ter registado em 2011 um crescimento perto de 3%, enquanto as economias de Portugal e da Grécia devem registar uma variação negativa no conjunto do ano.

O ano de 2011 ficou marcado pela crise da dívida soberana europeia e pela indecisão política das medidas necessárias a adoptar para a ultrapassar. Com o aumento das *yields* das obrigações e a forte dificuldade do Estado de obter financiamento junto dos mercados internacionais, Portugal teve de recorrer, em Abril, a um empréstimo do FMI/EU/BCE no montante de 78 mil milhões de euros. No Verão, com o aumento repentino das *yields* de Itália e Espanha a crise alastrou-se para os países do centro europeu, colocando a crise da dívida europeia como sistémica e podendo colocar em causa o projecto da moeda única. A crise da dívida teve também o seu impacto político, com os governos de Portugal, Irlanda, Espanha, Grécia e Itália a mudarem durante o ano de 2011.

O ano ficou ainda marcado pelos sucessivos cortes de *rating* pelas três principais agências americanas (S&P, Fitch e Moody's) dos emitentes soberanos e bancos europeus, com Portugal a ver revisto em baixa sucessivamente o seu *rating* até à categoria de *non-investment grade*. Os EUA também não escaparam a esta tendência e perderam o *rating* AAA pela S&P.

O Banco Central Europeu (BCE) aumentou a taxa de referência por duas vezes até ao Verão, passando de 1% para 1,5%, reagindo ao aumento da inflação que chegou aos 3%, em termos anuais, em meados do ano. Contudo, com o alastrar da crise da dívida europeia às economias *core* e os riscos inerentes para o crescimento económico, levaram o BCE a reverter a sua política e repor, no último trimestre do ano com o novo governador Mario Draghi, a taxa de juro no seu mínimo histórico de 1%. Face às restrições existentes no mercado interbancário, o BCE adoptou uma série de medidas não convencionais, nomeadamente, a concessão de liquidez em operações a 3 anos, a flexibilização das regras de aceitação de colaterais, um novo programa de compra de obrigações hipotecárias e a redução do montante das reservas obrigatórias junto do BCE.

Nos mercados accionistas, as performances bolsistas em 2011 foram negativas a nível global, tendo o mercado americano apresentado a melhor performance ao manter-se inalterado (medido pelo índice S&P 500). Na Europa, a situação foi bem mais grave em relação à fuga do investimento (Eurostoxx 50 -17%). Portugal foi fortemente penalizado (PSI 20 -27,6%), principalmente, depois de ter recorrido ao empréstimo do FMI/EU/BCE.

Mesmo os mercados emergentes que apresentam melhores perspectivas de crescimento a médio/longo prazo não fugiram às quedas (MSCI EM -20,4%). Os mercados accionistas foram penalizados pela crise da dívida europeia durante o ano de 2011 e pelos cenários de uma eventual desagregação da zona euro ou saída de alguns dos seus Estados-Membros. Os meses de Verão foram especialmente penalizadores para as rentabilidades, com o alastrar da crise a Espanha e Itália a penalizar fortemente o sentimento dos investidores.

A política financeira da Tranquilidade centrou-se no investimento em obrigações de taxa fixa e aplicações de curto prazo. No final do ano, com o agravar da crise da dívida pública europeia, o investimento foi canalizado para dívida pública dos países do *core* europeu e com *rating* AAA. O nível de liquidez foi mantido em níveis robustos, como medida de precaução e de aproveitamento da elevada remuneração existente nos depósitos a prazo junto das principais instituições bancárias nacionais.

O mercado accionista continuou com um peso muito reduzido na carteira de investimentos com redução gradual da exposição, representando no final do ano um peso inferior a 1% do total da carteira. No Imobiliário, efectuou-se a conversão parcial dos Imóveis de Uso Próprio e de Rendimento em fundos de investimento, contribuindo desta forma para o processo de preparação do Balanço para a convergência para Solvência II. Em termos estratégicos, destaque para o aumento da participação na Europ Assistance (de 24% para 47%) e a alienação da maioria da participação accionista, não estratégica, na ESAF SGPS.

No segmento obrigacionista manteve-se a política de privilegiar maturidades relativamente curtas de 3/5 anos, na manutenção do *rating* médio do portfolio em A2/A e a venda faseada de obrigações *floaters* (-32,4%), com o objectivo de redução de exposição por emitente e diversificação sectorial. Com o aumento do *spread* de crédito de Portugal, aumentou-se a exposição, no primeiro trimestre do ano, a emitentes nacionais com taxas de rendimento implícitas (*yields*) superiores à média da carteira de investimentos e mantendo o *rating* médio da carteira.

Após o pedido de empréstimo de Portugal e o sucessivo corte de *rating* dos emitentes portugueses, mantiveram-se os níveis de investimento em emitentes nacionais, mas agora focalizado em oportunidades de curto-prazo, ou seja, nomeadamente em obrigações com maturidade inferior a 1 ano e, principalmente, em emissões no mercado primário de Bilhetes do Tesouro com maturidade entre 3 a 6 meses e com *yields* próximas dos 5%. Os sucessivos *downgrades* sobre Portugal conduziram à degradação do *rating* médio da carteira pelo que no final do ano se aumentou significativamente o investimento em emitentes com *rating* AAA-AA, do *core* europeu e com maturidades curtas (até 2 anos).

(milhares de euros)

Activos Sob Gestão ⁽¹⁾	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Obrigações	275 622	271 375	1,6
Taxa fixa	200 503	159 339	25,8
Taxa variável	75 119	112 036	-33,0
Acções e Fundos de Investimento	510 060	400 904	27,2
Estratégicos	423 001	355 296	19,1
Acções	163	310	-47,4
Fundos de investimento mobiliários	12 775	20 737	-38,4
Fundos de investimento imobiliários	74 121	24 561	201,8
Imóveis	71 227	103 653	-31,3
Uso próprio	24 726	37 839	-34,7
Rendimento	46 501	65 814	-29,3
Liquidez	94 522	139 055	-32,0
Outros	1 815	1 940	-6,4
Total	953 246	916 927	4,0
Operações de reporte	144 509	0	
Activos a deter até à maturidade	107 589	0	

(1) Valores apurados numa óptica de Gestão.

A carteira de investimentos apresenta no final do ano um crescimento de +36 319 milhares de euros (+4,0%), face a 2010. Esta evolução resulta da valorização dos Investimentos Estratégicos, no qual se destaca a valorização sobre a seguradora Pastor Vida. No final do ano, a liquidez, representava cerca de 18% do total da carteira (excluindo Investimentos Estratégicos).

Com o agravar da crise da dívida soberana, a generalidade dos bancos portugueses foi forçada a aumentar o financiamento junto do BCE, dando como garantia activos cedidos pelas empresas de seguros integradas no seu Grupo Económico. Estas operações, designadas de operações de reporte, para as empresas de seguros configuram-se como formas adequadas de risco reduzido, que permite alcançar uma maior rentabilidade e uma gestão mais eficaz das carteiras de investimentos. A Tranquilidade, iniciou a utilização destes instrumentos no primeiro trimestre de 2011, tendo terminado o ano com um valor líquido, alocado a estas operações em cerca de 144 509 mil euros.

A Norma Regulamentar N.º 4/2011-R, de 2 de Junho, emitida pelo ISP veio permitir relevar para fins de solvência os activos contabilísticos classificados em “Investimentos a deter até à maturidade” ao seu custo amortizado. Este normativo promove a consistência do regime prudencial com os novos princípios de relato financeiro garantindo-se, igualmente, um adequado nível de protecção dos tomadores de seguros e beneficiários. A Tranquilidade adoptou este procedimento retroactivamente, desde 1 de Janeiro de 2011, terminando o ano com 107 589 milhares de euros, contabilizados nesta classe.

(milhares de euros)

Resultado Financeiro (1)	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Rendimentos	28 521	22 709	25,6
Títulos	26 192	19 965	31,2
Imóveis	2 329	2 744	-15,1
Ganhos e Perdas	19 567	8 087	142,0
Títulos	19 441	6 638	192,9
Imóveis	126	1 449	-91,3
Imparidades / Reversão	-6 236	-2 895	115,4
Títulos	-6 236	-2 636	136,6
Imóveis	0	-259	-100,0
Total	41 852	27 901	50,0

(1) Valores apurados numa óptica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desconhecimento de passivos contingentes

Em termos de actividade financeira, o ano de 2011 apresenta um crescimento do resultado financeiro de +13 951 milhares de euros (+50,0%), face a 2010. Este aumento resulta, entre outros factos, do aumento dos dividendos recebidos dos Investimentos Estratégicos, da valia realizada com a venda parcial da participação detida sob ESAF SGPS.

O ano ficou marcado, negativamente, pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -5 044 milhares de euros, e pela redução de ganhos líquidos realizados na alienação de outros títulos e imóveis. A estratégia de redução do nível de exposição a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos-valias realizadas num total de -2 529 milhares de euros.

A rentabilidade financeira situou-se nos 5,7%, o que compara com os 4,1% obtidos em 2010. A rentabilidade global em 2011, englobando as valias potenciais, foi de 14,4%, resultante da reavaliação dos investimentos estratégicos.

2.4.9. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2011 o Capital Próprio aumentou em 76 771 milhares de euros relativamente ao ano anterior, ascendendo a 380 303 milhares de euros. Este aumento de 25,3% é justificado, sobretudo, pela variação de +45,2 M€

na Reserva de Reavaliação, devido à valorização a valores de mercado das empresas participadas e pela variação de +21,6 M€ no Resultado Líquido.

O rácio de solvabilidade situou-se em 671% o que compara com 573% registado em 2010. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos de 60 932 milhares de euros, que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor. O montante da Margem de Solvência a constituir aumentou em cerca de 1 521 milhares de euros.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2011	2010	VAR 11/10 (%)
Capital social	160 000	160 000	0,0
Reservas de reavaliação	122 903	77 675	58,2
Outras reservas	29 984	26 156	14,6
Resultados transitados	33 538	27 466	22,1
Resultado líquido	33 878	12 235	176,9
Total	380 303	303 532	25,3

2.4.10. Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Tranquilidade prosseguiu, no decorrer do ano 2011, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Directiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Directiva Omnibus II no final do primeiro semestre de 2012.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2011, foram desenvolvidas várias acções, das quais se destacam as seguintes:

- Implementação e desenvolvimento de ferramentas destinadas ao cálculo de capital económico no âmbito do Modelo Interno Parcial;
- Participação activa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;
- Revisão e actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, as relativas à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e colaboradores com “Funções-Chave”, a política de Recursos Humanos, a política de Gestão de Sinistros ou ainda a Política de Resseguro;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas.

Em matéria de Solvência II foi ainda efectuado o acompanhamento e monitorização das acções previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados do exercício atingiram 33 877 603,35 euros em 2011, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 3 387 760,34 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 15 000 000,00 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

A presente aplicação proposta contempla o pagamento de dividendos antecipado de 5 000 000,00 euros que ocorreu ao longo de 2011, pelo que apenas os adicionais 10 000 000,00 euros serão alvo de pagamento em data posterior à aprovação do que agora se propõe.

2.6. Objectivos para 2012

O ano 2012 apresenta-se incerto ao nível da evolução dos mercados de capitais internacionais, devido à dificuldade que os principais países desenvolvidos têm manifestado em ultrapassar os problemas dos mercados financeiros a nível global e da crise da dívida que afecta sobretudo a Zona Euro. Esta situação condicionará o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

Em Portugal, a conjuntura económica encerra desafios muito difíceis para a Actividade Seguradora. As medidas orçamentais restritivas do Governo para 2012, resultantes do memorando de entendimento assinado com a Troika, perspectivam uma contracção do PIB em 3,3% e um aumento da taxa de desemprego para 14,5%, o que trará ainda maiores restrições ao rendimento das famílias e das empresas.

Neste contexto, a Tranquilidade continuará enfocada nas suas prioridades estratégicas:

1. O crescimento orgânico, ganhando peso nos actuais Parceiros e consolidando a entrada em novos Parceiros Profissionais, através da captação e, sobretudo, da fidelização de Clientes;
2. O reequilíbrio da rentabilidade, continuando a ajustar os preços de contratos novos e da carteira ao custo do risco de forma progressiva e equilibrada;
3. A melhoria da qualidade de serviço, proximidade e sensibilidade ao mercado, nomeadamente, melhorando a oferta e alargando a um portfólio mais abrangente de produtos as funcionalidades ao nível de gestão de sinistros nos Agentes;
4. A continuação da aposta consistente nas abordagens inovadoras ao mercado, designadamente por via dos programas “Movida”, Assurfinance e BES Empresas, como fontes de valor para os seus Clientes e Agentes;
5. O aprofundamento do desenvolvimento internacional nos mercados identificados nos quais a Companhia pode tirar partido das suas competências, know-how e vantagens comparativas;
6. A contínua busca de maior eficiência operacional, de forma a permitir a contínua racionalização da base de custos de funcionamento face aos desafios de desenvolvimento assumidos.

No vector crescimento, as operações internacionais deverão avançar rapidamente no terreno durante 2012, numa lógica de acompanhamento às operações do BES nos mercados externos com elevado potencial de crescimento estrutural como Angola e Moçambique.

Em conclusão, neste enquadramento económico globalmente adverso e num ambiente de preços do sector segurador ainda muito degradado, a Tranquilidade, sempre alicerçada em princípios de rigor e solidez, continuará a seguir uma visão e rumo claros a nível da operação doméstica, e a aproveitar as oportunidades de expansão a nível internacional.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 8 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)

OB

Demonstrações Financeiras

Balço (Activo) de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e de 1 de Janeiro de 2010

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
		Valor Bruto	Imparidade Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	25 726		25 726	7 443	8 150
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	380 890		380 890	301 355	165 497
Activos financeiros detidos para negociação						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	4 617		4 617	6 459	6 572
Derivados de cobertura						
Activos disponíveis para venda	6	269 057	8 156	260 901	338 199	367 027
Empréstimos e Contas a Receber		270 633		270 633	161 395	116 257
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1		1	1	1
Outros depósitos	6	216 020		216 020	131 243	84 892
Empréstimos concedidos	6	33 501		33 501	28 459	28 850
Contas a receber						
Outros	6	21 111		21 111	1 692	2 514
Investimentos a deter até à maturidade	6	107 589		107 589		
Terrenos e Edifícios		74 796	3 569	71 227	103 653	128 331
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	28 295	3 569	24 726	37 839	40 239
Terrenos e edifícios de rendimento	9	46 501		46 501	65 814	88 092
Outros activos tangíveis	10	44 608	38 302	6 306	6 030	3 410
Inventários	10	212		212	255	323
Goodwill	12	25 785		25 785	25 785	25 785
Outros activos intangíveis	12	55 600	42 368	13 232	13 668	13 939
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		52 030		52 030	53 167	48 225
Provisão para prémios não adquiridos	4	16 259		16 259	15 553	13 394
Provisão para sinistros	4	35 771		35 771	37 614	34 831
Provisão para participação nos resultados						
Provisão para compromissos de taxa						
Provisão para estabilização de carteira						
Outras provisões técnicas						
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	2 001		2 001		
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		97 010	6 773	90 237	88 830	77 305
Contas a receber por operações de seguro directo	13	62 315	5 763	56 552	53 050	52 445
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	8 969	223	8 746	8 418	5 192
Contas a receber por outras operações	13	25 726	787	24 939	27 362	19 668
Activos por Impostos		403		403	378	2 091
Activos por impostos correntes	24	403		403	378	2 091
Activos por impostos diferidos						
Acréscimos e diferimentos	13	2 281		2 281	940	1 843
Outros elementos do activo						
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas						
Total Activo		1 413 238	99 168	1 314 070	1 107 557	964 755

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e de 1 de Janeiro de 2010

(milhares de euros)

	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	1 de Janeiro de 2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Passivo				
Provisões Técnicas				
Provisão para prémios não adquiridos	4	85 917	84 215	80 053
Provisão para Sinistros				
De vida	4	477 829	500 821	520 020
De acidentes de trabalho	4	177 221	175 703	168 979
De outros ramos	4	300 608	325 118	351 041
Provisão para participação nos resultados	4	1 045	1 045	1 080
Provisão para compromissos de taxa				
Provisão para estabilização de carteira				
Provisão para desvios de sinistralidade	4	5 815	5 182	4 654
Provisão para riscos em curso	4	20 082	28 354	19 765
Outras provisões técnicas				
Outros Passivos Financeiros				
Derivados de cobertura				
Passivos subordinados				
Depósitos recebidos de resseguradores	5	158	579	503
Outros	5 e 6	167 939	1 396	10
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			1 565	1 064
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações				
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	22 688	20 275	21 079
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	14 712	12 449	11 273
Contas a pagar por outras operações	13	53 640	73 685	8 098
Passivos por Impostos				
Passivos por impostos correntes	24	24 219	25 144	26 564
Passivos por impostos diferidos	24	36 605	25 023	13 116
Acréscimos e diferimentos	13	20 164	21 657	17 797
Outras provisões	13	2 954	2 635	1 828
Outros passivos				
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda				
Total Passivo		933 767	804 025	726 904
Capital Próprio				
Capital	25	160 000	160 000	135 000
(Acções próprias)				
Outros instrumentos de capital				
Reservas de Reavaliação				
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	171 428	108 630	53 079
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				
Por revalorização de activos intangíveis				
Por revalorização de outros activos tangíveis				
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa				
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira				
De diferenças de câmbio				
Reserva por impostos diferidos	26	-48 525	-30 955	-13 329
Outras reservas	26	29 984	26 156	26 464
Resultados transitados	35	33 538	27 466	36 637
Resultado do exercício		33 878	12 235	
Total Capital Próprio		380 303	303 532	237 851
Total Passivo e Capital Próprio		1 314 070	1 107 557	964 755

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		296 340		296 340	284 991
Prémios brutos emitidos	14	347 212		347 212	335 854
Prémios de resseguro cedido	14	-49 918		-49 918	-47 582
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-1 660		-1 660	-5 440
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	706		706	2 159
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	215 994		215 994	201 014
Montantes pagos		237 251		237 251	224 550
Montantes brutos		253 452		253 452	238 774
Parte dos resseguradores		-16 201		-16 201	-14 224
Provisão para sinistros (variação)		-21 257		-21 257	-23 536
Montante bruto		-23 100		-23 100	-20 753
Parte dos resseguradores		1 843		1 843	-2 783
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-7 639		-7 639	9 117
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4				-35
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	93 398		93 398	90 808
Custos de aquisição		70 621		70 621	72 016
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	42		42	-1 278
Gastos administrativos		30 075		30 075	30 366
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-7 340		-7 340	-10 296
Rendimentos	16	29 986	6	29 992	22 709
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		16 238	6	16 244	10 982
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		13 748		13 748	11 727
Gastos Financeiros	16	3 220	1	3 221	1 973
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		3 220	1	3 221	1 973
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	5 218	-2 156	3 062	3 785
De activos disponíveis para venda		5 163		5 163	3 785
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade		55		55	
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado			-2 156	-2 156	
De outros					
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	-4 825	21 182	16 357	2 943
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		-3 399		-3 399	3 023
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-1 426	21 182	19 756	-80
Diferenças de câmbio	19	23	-9	14	-90
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	126		126	1 449
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-6 075	271	-5 804	-3 230
De activos disponíveis para venda	6	-6 075	-161	-6 236	-2 636
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade	7 e 13		432	432	-594
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-1 253		-1 253	-1 211
Outras provisões (variação)	20		337	337	100
Outros rendimentos/gastos	20		-5 479	-5 479	-1 696
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		14 567	14 151	28 718	6 873
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-827	-827	-357
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		5 987	5 987	5 719
Resultado Líquido do Exercício		14 567	19 311	33 878	12 235
Resultado por Acção (em euros)	27			1,06	0,38

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques



04

Demonstração do Rendimento Integral

04

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	33 878	12 235
Varição de justo valor dos activos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	62 798	55 551
Varição dos impostos correntes e diferidos	-17 570	-17 626
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas	2 665	-1 229
Total do Rendimento Integral	81 771	48 931



05

Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação			Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	Reserva por Impostos Diferidos	Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 31 Dezembro 2009									
(balanço de abertura)	135 000	59 715	-6 636	-13 329	40 124	928	27 420	9 217	252 439
Alterações de políticas contabilísticas (IAS 8)						-14 588			-14 588
Balanço a 1 Janeiro 2010									
(balanço de abertura alterado)	135 000	59 715	-6 636	-13 329	40 124	-13 660	36 637	0	237 851
Aumentos/reduções de capital	25 000								25 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		56 212							56 212
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-661						-661
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-17 626					-17 626
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas						-1 229			-1 229
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					921		-921		0
Distribuição de lucros							-8 250		-8 250
Total das Variações do Capital Próprio	25 000	56 212	-661	-17 626	921	-1 229	-9 171	0	53 446
Resultado líquido do período								12 235	12 235
Balanço a 31 de Dezembro 2010	160 000	115 927	-7 297	-30 955	41 045	-14 889	27 466	12 235	303 532
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		77 070							77 070
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-14 272						-14 272
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-17 570					-17 570
Desvios actuariais reconhecidos nas reservas						2 665			2 665
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					1 163		-1 163		0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							12 235	-12 235	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	77 070	-14 272	-17 570	1 163	2 665	11 072	-12 235	47 893
Resultado líquido do período								33 878	33 878
Distribuição antecipada de lucros							-5 000		-5 000
Balanço a 31 de Dezembro 2011	160 000	192 997	-21 569	-48 525	42 208	-12 224	33 538	33 878	380 303



06

Demonstração de Fluxos de Caixa

06

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais	212 443	117 097
Resultado líquido do exercício	33 878	11 635
Depreciações e amortizações do exercício	6 621	7 229
Variação das provisões técnicas de seguro directo	-28 929	-5 955
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	1 137	-4 942
Variação de outras provisões	319	807
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-1 407	-11 525
Variação de outros activos e passivos por impostos	10 632	12 200
Variação de outros activos e passivos	205 561	41 689
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-15 369	65 959
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento	-189 160	-134 554
Variação de investimentos	-244 703	-170 930
Dividendos recebidos	11 130	8 719
Juros	16 352	10 156
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-9 133	-9 285
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	-	8
Alienações de terrenos e edifícios	37 194	26 778
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento	-5 000	16 750
Distribuição de dividendos	-5 000	-8 250
Subscrição de capital	-	25 000
Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	18 283	-707
Caixa e equivalentes no início do período	7 443	8 150
Caixa e equivalentes no fim do período	25 726	7 443



07

Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Nota 1 - Informações Gerais

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a actividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com excepção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1037.

Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Actualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 22 zonas comerciais, que são suportadas por um total de 388 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 38 lojas próprias, 350 Lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade, das quais 180 são Exclusivos e 43 são pontos de venda partilhados com balcões do Banco Espírito Santo.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais nos quais a Companhia dispõe de produtos e soluções de maior relevância ao dispor dos seus clientes são os referidos como segue:

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Estabelecimento	Automóvel 2 Rodas
	MR Condomínio	

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2011	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	347 212	61 344	62 232	147 349
Prémios de resseguro cedido	-49 918	-1 665	-26 122	-1 655
Prémios brutos adquiridos	345 552	61 683	61 659	146 100
Resultado dos investimentos	21 233	11 354	1 449	7 108
Custos com sinistros brutos	230 352	46 797	34 878	103 674
Custos de exploração brutos	100 738	15 499	21 303	42 690
Resultado técnico	14 567	16 165	-6 973	6 934
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	607 603	186 774	61 676	295 413
Provisões técnicas	590 688	181 574	59 958	287 190

(milhares de euros)

2010	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	335 854	59 054	61 568	142 180
Prémios de resseguro cedido	-47 582	-2 051	-24 079	-1 680
Prémios brutos adquiridos	330 414	58 951	60 640	139 233
Resultado dos investimentos	26 169	5 433	2 893	14 739
Custos com sinistros brutos	218 021	45 303	40 827	88 836
Custos de exploração brutos	101 104	15 458	21 732	42 377
Resultado técnico	8 445	-2 731	-6 450	18 560
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	593 425	177 876	57 986	295 388
Provisões técnicas	619 617	185 727	60 545	308 426

Adicionalmente, a Companhia tem actividade em Portugal e Espanha, sendo a análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 como segue:

(milhares de euros)

2011	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	347 212	346 498	714
Prémios de resseguro cedido	-49 918	-49 863	-55
Prémios brutos adquiridos	345 552	344 831	721
Resultado dos investimentos	21 233	21 222	11
Custos com sinistros brutos	230 352	230 161	191
Custos de exploração brutos	100 738	100 331	407
Resultado técnico	14 567	14 474	93
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação das provisões técnicas	607 603	607 295	308
Provisões técnicas	590 688	590 389	299

(milhares de euros)

2010	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	335 854	335 159	695
Prémios de resseguro cedido	-47 582	-47 527	-55
Prémios brutos adquiridos	330 414	329 715	699
Resultado dos investimentos	26 169	26 161	8
Custos com sinistros brutos	218 021	217 799	222
Custos de exploração brutos	101 104	100 684	420
Resultado técnico	8 445	8 419	26
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação das provisões técnicas	593 425	593 121	304
Provisões técnicas	619 617	619 314	303

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2011, a Tranquilidade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a Companhia adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de Março de 2012

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores

a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.
- Activos financeiros detidos até à maturidade, que inclui activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou

(ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os activos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito

ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	36 a 49
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (settlement).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios actuariais passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Alteração de políticas contabilísticas

Até 31 de Dezembro de 2010, a Tranquilidade procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo eram registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente dos colaboradores no activo.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a Tranquilidade optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em reservas. Nessa base, a rubrica Outras reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração.

Decorrente desta opção foram igualmente desconhecidos os efeitos em resultados resultantes da amortização anual dos desvios actuariais do método anterior.

O resumo dos impactos no balanço e na conta de ganhos e perdas, tendo em atenção apenas as rubricas que alteram, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Após Alteração Política		Antes Alteração Política		Efeito	
	31 Dez 2010	1 Jan 2010	31 Dez 2010	1 Jan 2010	31 Dez 2010	1 Jan 2010
NO BALANÇO						
- Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	13 651	13 525	-13 651	-13 525
Total do Activo	0	0	13 651	13 525	-13 651	-13 525
- Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 566	1 063	-	-	1 566	1 063
Total do Passivo	1 566	1 063	0	0	1 566	1 063
- Outras reservas	26 156	26 464	41 973	41 052	-15 817	-14 588
- Resultados transitados	27 466	36 637	27 466	36 637	-	-
- Resultado do exercício	12 235	-	11 635	-	600	-
Total do Capital Próprio	65 857	63 101	81 074	77 689	-15 217	-14 588
Total do Passivo e Capital Próprio	67 423	64 164	81 074	77 689	-13 651	-13 525
NO GANHOS E PERDAS						
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	90 808		91 408		-600	
- Gastos administrativos	30 366		30 966		-600	
Resultado Líquido do Exercício	12 235		11 635		600	

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas das Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2011 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2011 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2011 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 73/77 com uma taxa de juro de 4,7% e encargos de gestão de 1,5%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos activos subjacentes após dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada. Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 73/77 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (2011: 14,12% e 2010: 6,91%) e encargos de gestão de 1,5%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2011			2010		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	12 720	2 428	10 292	13 396	2 586	10 810
Incêndio e outros danos	26 080	5 080	21 000	25 507	5 078	20 429
Automóvel	57 564	11 323	46 241	56 315	11 263	45 052
Marítimo, aéreo e transportes	1 791	336	1 455	1 882	359	1 523
Responsabilidade civil geral	3 212	642	2 570	3 412	682	2 730
Crédito e caução	31	6	25	41	8	33
Protecção jurídica	7	-	7	8	1	7
Assistência	4 551	868	3 683	3 918	784	3 134
Diversos	802	158	644	619	122	497
Total	106 758	20 841	85 917	105 098	20 883	84 215

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2011			2010		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-676	-158	-518	879	183	696
Incêndio e outros danos	573	2	571	928	195	733
Automóvel	1 249	60	1 189	2 947	709	2 238
Marítimo, aéreo e transportes	-91	-23	-68	66	13	53
Responsabilidade civil geral	-200	-40	-160	257	53	204
Crédito e caução	-10	-2	-8	-11	-2	-9
Protecção jurídica	-1	-1	-	-1	-	-1
Assistência	633	84	549	283	108	175
Diversos	183	36	147	92	19	73
Total	1 660	-42	1 702	5 440	1 278	4 162

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	810	884	-74	675
Incêndio e outros danos	7 784	7 589	195	659
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	959	852	107	6
Responsabilidade civil geral	267	372	-105	64
Crédito e caução	9	18	-9	-7
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	5 758	5 311	447	674
Diversos	672	527	145	88
Total	16 259	15 553	706	2 159

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes de trabalho	177 221	175 703	861	5 640
Acidentes pessoais e doença	14 314	16 261	-1 956	1 918
Incêndio e outros danos	30 865	34 653	-3 788	911
Automóvel	227 746	245 823	-17 530	-29 308
Marítimo, aéreo e transportes	6 778	6 484	293	-891
Responsabilidade civil geral	19 339	20 858	-1 496	1 535
Crédito e caução	36	550	-525	-524
Protecção jurídica	45	143	-98	-5
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 485	346	1 139	-29
Total	477 829	500 821	-23 100	-20 753

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 121 187 milhares de euros (2010: 122 049 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2011 e 2010 foi nulo, e uma actualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 7 244 milhares de euros (2010: 5 891 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 21 471 milhares de euros (2010: 25 204 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 17 203 milhares de euros (2010: 12 830 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2010 (1)	Sinistros* Pagos em 2011 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2011 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	191 964	36 795	153 202	-1 967
Incêndio e outros danos	34 653	18 141	14 568	-1 944
Automóvel				
- Responsabilidade civil	214 925	42 143	149 579	-23 203
- Outras coberturas	30 898	10 440	16 639	-3 819
Marítimo, aéreo e transportes	6 484	1,681	4 694	-109
Responsabilidade civil geral	20 858	2 717	16 638	-1 503
Crédito e caução	550	68	36	-446
Protecção jurídica	143	29	31	-83
Assistência	-	-	-	-
Diversos	346	462	233	349
Total	500 821	112 476	355 620	-32 725

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

No grupo de ramos Acidentes e Doença (principalmente em Acidentes de Trabalho), e também no ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2011 e ao que se perspectiva futuramente. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes de trabalho	1 182	298	884	270
Acidentes pessoais e doença	235	217	18	29
Incêndio e outros danos	14 082	13 675	407	1 594
Automóvel	8 180	11 342	-3 162	1 277
Marítimo, aéreo e transportes	3 183	3 040	143	-562
Responsabilidade civil geral	7 724	8 753	-1 029	235
Crédito e caução	2	7	-5	-12
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 183	282	901	-48
Total	35 771	37 614	-1 843	2 783

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 108 milhares de euros (2010: 1 022 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2011 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
				(4) = (1) + (2) + (3)
	(1)	(2)	(3)	(4)
Acidentes e doença	83 238	2 777	-1 095	84 920
Incêndio e outros danos	37 171	1 392	-3 269	35 294
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	70 310	4 354	-20 679	53 985
- Outras coberturas	37 494	2 101	1 784	41 379
Marítimo, aéreo e transportes	3 112	105	293	3 510
Responsabilidade civil geral	3 358	390	-1 474	2 274
Crédito e caução	97	2	-525	-426
Protecção jurídica	18	15	-98	-65
Assistência	-	-	-	-
Diversos	465	4	1 139	1 608
Total	235 263	11 140	-23 924	222 479
Resseguro aceite	7 049	-	824	7 873
Total Geral	242 312	11 140	-23 100	230 352

A discriminação dos custos com sinistros 2010 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros		Custos com Sinistros
			(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Acidentes e doença	69 578	3 014	7 558	-	80 150
Incêndio e outros danos	38 502	1 398	961	-	40 861
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	71 120	4 618	-36 483	-	39 255
- Outras coberturas	34 174	2 251	5 949	-	42 374
Marítimo, aéreo e transportes	3 276	116	-890	-	2 502
Responsabilidade civil geral	2 685	348	1 581	-	4 614
Crédito e caução	504	2	-524	-	-18
Protecção jurídica	12	17	-5	-	24
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	1 159	3	-29	-	1 133
Total	221 010	11 767	-21 882	-	210 895
Resseguro aceite	5 997	-	1 129	-	7 126
Total Geral	227 007	11 767	-20 753	-	218 021

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	1 045	1 045	-	-35
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1 045	1 045	-	-35

A provisão para desvios de sinistralidade reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	5 220	4 701	519	499
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	2	2	-	-8
Crédito e caução	534	426	108	32
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	59	53	6	5
Total	5 815	5 182	633	528

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	3 237	8 777	-5 540	5 074
Incêndio e outros danos	2 873	761	2 112	-377
Automóvel	13 203	17 551	-4 348	3 576
Marítimo, aéreo e transportes	-	6	-6	-6
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	39	-39	39
Protecção jurídica	1	2	-1	-
Assistência	622	956	-334	228
Diversos	146	262	-116	55
Total	20 082	28 354	-8 272	8 589

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro directo e de provisão para riscos em curso de seguro directo.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos. Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	394 186	387 150	367 309	344 258
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	94 708	95 049	95 612	
Dois anos depois	157 869	162 811	149 681	141 526	157 627	145 308	135 925	128 265	126 542		
Três anos depois	197 820	194 772	185 956	176 790	191 998	171 505	160 955	150 067			
Quatro anos depois	222 164	223 751	213 367	201 716	213 580	192 108	177 757				
Cinco anos depois	246 876	245 653	235 135	220 093	230 853	206 571					
Seis anos depois	264 938	263 670	250 333	233 869	244 762						
Sete anos depois	280 214	275 464	262 243	243 757							
Oito anos depois	289 301	284 198	269 575								
Nove anos depois	296 163	289 737									
Dez anos depois	299 839										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	366 560	369 571	347 727	341 903	
Dois anos depois	306 243	325 422	334 297	334 918	356 147	348 138	349 376	329 811	322 459		
Três anos depois	314 450	331 367	332 408	333 196	354 218	338 431	316 055	314 346			
Quatro anos depois	317 872	331 221	331 075	339 341	352 070	311 533	311 642				
Cinco anos depois	318 261	329 943	343 336	336 647	331 796	313 127					
Seis anos depois	318 259	347 740	340 872	323 690	334 384						
Sete anos depois	339 400	345 961	335 816	327 291							
Oito anos depois	338 097	344 154	341 335								
Nove anos depois	336 497	350 775									
Dez anos depois	344 509										
Excedente / (défice) acumulado	-45 408	-48 196	-35 823	1 442	29 416	61 887	82 755	79 840	64 691	25 406	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2011 foi constituído por tratados proporcionais (Quota-partes e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e *Stop Loss*), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (crédito ao consumo)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	<i>Stop Loss</i>
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2011	2010
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-17 606	-18 732
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 159	-13 701
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de acidentes de trabalho	-1 587	-1 614

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efectiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor. A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado antes de Impostos	
		2011	2010
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-46	-45

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-43 594	-37 173

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Acções	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-14 667	-13 604

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia.

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Imposto	
		2011	2010
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	6 507	7 606
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos activos	-6 202	-7 205

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado antes de Impostos	
		2011	2010
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	-363	-
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro		
	- Efeito nos passivos	350	-

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

(milhares de euros)

Rating	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
AAA	12%	34 361	5%	12 707
AA	4%	10 414	13%	34 725
A	16%	43 555	51%	139 390
BBB	28%	77 351	24%	65 740
BB	37%	102 669	6%	16 324
B	2%	5 828	0%	-
CC	1%	1 446	1%	2 744
Unrated	0%	-	0%	-
Total	100%	275 624	100%	271 630

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

(milhares de euros)

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Actividade	2011			2010		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	815	-25	0%	812	-25
Comunicações	1%	8 802	-461	1%	4 658	-424
Bens consumíveis (cíclico)	1%	5 941	-163	1%	6 136	-607
Bens consumíveis (não-cíclico)	1%	7 764	-	1%	7 662	-
Energia	0%	-	-	0%	2 814	-
Financeiro	70%	505 911	-1 201	73%	474 817	-1 034
Fundos	2%	14 539	-1 764	3%	19 294	-
Dívida pública	14%	103 213	-4 542	8%	53 118	-
Industrial	1%	5 760	-	1%	4 788	-
Medicina	7%	49 842	-	8%	50 288	-
Tecnologia	0%	-	-	0%	-	-
Serviços públicos / colectivos	2%	14 776	-	2%	14 975	-
Outros	0%	2 356	-	1%	9 386	-3,302
	100%	719 719	-8 156	100%	648 748	-5 392

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Activos financeiros detidos para negociação, Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Activos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Activos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

2011	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	14 814	346 448	170 659	207 633	72 665	328 374	1 140 593
Passivos financeiros	859	195 132	59 827	3 319	-	-	259 137
Líquido	13 955	151 316	110 832	204 314	72 665	328 374	881 456

2010	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	2 583	203 800	32 630	145 972	144 312	374 384	903 681
Passivos financeiros	1 396	27 959	11 621	3 762	63 646	-	108 384
Líquido	1 187	175 841	21 009	142 210	80 666	374 384	795 297

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os ratings e efectuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Tranquilidade face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na Tranquilidade para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, outsourcing, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Tranquilidade se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a Tranquilidade apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes::

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;

- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respectivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a Tranquilidade dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detectadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)

	2011	2010
Elementos constitutivos do fundo de garantia	357 610	296 678
Margem de solvência a constituir	53 283	51 762
Resultado na óptica dos prémios	53 283	51 254
Resultado na óptica dos sinistros	48 056	47 829
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	49 399	51 762
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 500
Excesso/Insuficiência da Margem de Solvência	304 327	244 916
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	671%	573%

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2011	2010
Rácio de sinistralidade ^{a)}	64,8%	69,1%
Rácio de aquisição ^{b)}	20,4%	21,1%
Rácio administrativo ^{c)}	8,7%	9,0%
Rácio Combinado	93,9%	99,2%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Montantes recuperáveis de sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	2011	2010
Contas a receber	2 820	2 557
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-1 380	-1 000
Total Líquido	1 440	1 557

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	2011	2010
Inventários	210	252

Nota 5 – Outros Passivos Financeiros

A decomposição desta rubrica pode ser analisada como segue:

	2011	2010
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	158	579
Derivados	2	254
Acordo de recompra	167 078	-
Outros	859	1 142
Valor de Balanço	168 097	1 975

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

Os valores de Outros registados em 2010 e 2011 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2011	2010
Activos financeiros disponíveis para venda	260 901	338 199
Investimentos em filiais e associadas	380 890	301 355
Depósitos a prazo	216 020	131 243
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	4 617	6 459
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	107 589	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	970 017	777 256

No Anexo 1 estão considerados 2 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que para efeitos de balanço são apresentados no passivo.

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	4 617	6 459
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	4 617	6 459
Valor de aquisição	7 437	7 951

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2011	2010
Crédito estruturado	4 617	6 446
Derivado de crédito	-	13
Total	4 617	6 459

Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	34 021	53 118
De outros emissores	129 397	212 053
Acções	10 587	24 559
Outros títulos de rendimento variável	86 896	48 469
Valor de Balanço	260 901	338 199

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Activos disponíveis para venda, no valor de 108 152 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	58 605	-5 487	-	53 118
De outros emissores	236 620	-20 231	-4 336	212 053
Acções	7 665	17 470	-576	24 559
Outros títulos de rendimento variável	48 330	951	-812	48 469
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	351 220	-7 297	-5 724	338 199
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	38 717	-153	-4 543	34 021
De outros emissores	150 209	-19 778	-1 034	129 397
Acções	4 976	6 426	-815	10 587
Outros títulos de rendimento variável	90 269	-1 609	-1 764	86 896
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	284 171	-15 114	-8 156	260 901

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	5 724	16 208
Dotações do exercício	6 236	3 356
Anulações do exercício por venda de activos	-3 804	-13 120
Reversões do exercício	-	-720
Saldo em 31 de Dezembro	8 156	5 724

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias, são como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-5 044	2 583
Acções e outros títulos de rendimento variável	-1 192	53
Total	-6 236	-2 636

Activos financeiros detidos para negociação

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

Rating	2011		2010	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>Forward</i>	-2	406	-254	200
Opções	-	-	-	-
Total	-2	406	-254	200

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. Dado que estes contratos apresentam, quer em 2011 quer em 2010, um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, em Outros passivos financeiros – Outros.

Investimentos a deter até à maturidade

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares euros)

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	66 155	-
De outros emissores	41 434	-
Valor de Balanço	107 589	-
Valor de balanço (sem juro decorrido)	105 442	-
Valor de aquisição	104 095	-
Valor de mercado	85 133	-

Estão incluídos em 2011 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 86 158 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	-	-	-
De outros emissores	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	66 155	-	66 155
De outros emissores	41 434	-	41 434
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	107 589	-	107 589

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 91 007 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência							
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros ^(a)	Taxa Efectiva ^(b)	Valor de Mercado em 31.12.2011	Reserva de Justo Valor Amortizada até 31.12.2011
			Positiva	Negativa				
De activos financeiros disponíveis para venda	97 674	91 007	14	-8,329	119 259	7,3%	73 207	-1,860

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Tranquilidade seria o seguinte:

(milhares euros)	
2011	
Activos financeiros disponíveis para venda	
Impacto no capital próprio	
- Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-20 292
- Reserva por impostos diferidos	5 872
	-14 420

Outros activos financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia de-
tém ainda outros activos conforme segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Empréstimos concedidos	33 501	28 459
Depósitos junto de empresas cedentes	1	1
Acordos de revenda - Valores a receber	21 111	-
Outros	-	1 692
Total de Outros Activos Financeiros	54 613	30 152

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores de Outros correspondem a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

O montante de empréstimos diz respeito a prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Prestações acessórias - T-Vida	12 500	12 500
Prestações acessórias - Logo	17 500	12 400
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 080
Suprimentos - Contact Center	277	277
Suprimentos - Esumédica	-	262
Empréstimos a colaboradores	1 814	1 940
Total de Empréstimos Concedidos	33 501	28 459

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2011		2010	
	Valor Justo	Valor Balanço	Valor Justo	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25 726	25 726	7 443	7 443
Empréstimos e contas a receber	270 633	270 633	161 395	161 395
Investimentos a deter até à maturidade	87 280	107 589	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	90 237	90 237	88 830	88 830
Activos Financeiros				
Ao Custo Amortizado	473 876	494 185	257 668	257 668
Outros passivos financeiros	168 095	168 095	1 721	1 721
Outros credores por operações de seguros e outras operações	91 040	91 040	106 409	106 409
Passivos Financeiros				
Ao Custo Amortizado	259 135	259 135	108 130	108 130

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

Metodologias de valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	86 896	-	-	86 896
Acções e outros títulos de rendimento variável	273	-	391 204	391 477
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	215 252	54 660	5 721	275 624
Derivados	-	-	-	-
Total	302 421	54 660	396 916	753 997

(milhares de euros)				
2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	48 468	-	-	48 468
Acções e outros títulos de rendimento variável	578	-	325 337	325 915
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	192 041	73 129	6 460	271 630
Derivados	-	-	-	-
Total	241 087	73 129	331 797	646 013

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os valores de Acções e Outros Títulos de Rendimento Variável incluem os Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Exposição à dívida soberana

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de juro Média (%)	Maturidade Média (Anos)	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	3 989	3 989	-156	5,0%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	58 765	45 894	-	2,9%	4	-
	62 754	49 883	-156			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 446	1 446	-	6,0%	7	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 446	1 446	-			
Irlanda						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 823	1 850	-	4,6%	4	-
	1 823	1 850	-			
Total	66 023	53 179	-156			

(milhares de euros)

Emitente / Carteira	31 de Dezembro de 2010					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de juro Média (%)	Maturidade Média (Anos)	Nível de Valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	41 799	41 799	-2 918	4,1%	5	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	41 799	41 799	-2 918			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	5 325	5 325	-397	5,8%	7	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	5 325	5 325	-397			
Irlanda						
Activos financeiros disponíveis para venda	1 772	1 772	-2 077	4,6%	5	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 772	1 772	-2 077			
Total	48 897	48 897	-5 391			

Nota 7 - Investimentos em Filiais e Associadas

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

(milhares de euros)

Nome da Empresa / Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros 2011			
			Directa	Direito de Voto	Efectiva	Activo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	902 978	840 083	62 895	3 013
Seguros LOGO, S.A. R. D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	31 744	25 725	6 019	-4 300
Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros Paseo de Recoletos, 19 • 28004 Madrid (Espanha)	Subsidiária	Justo Valor	50,00	50,00	50,00	201 445	151 375	50 070	10 078
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Praça José Queirós, n.º 1 - 4.º • 1800-237 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	9 867	2 677	7 190	2 015
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C • 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	55,42	55,42	55,42	7 946	6 570	1 376	-556
Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	1 006	2 580	-1 574	-68
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8.º • 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	114 790	93 889	20 901	4 621
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3.º e 4.º • 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	47,00	47,00	47,00	43 834	31 732	12 102	1 715

A participação de 55,42% na Espírito Santo Contact Center, S.A., para efeitos de contas consolidadas é elevada para 56,30%, tendo em atenção a participação indirecta via Bes, Companhia de Seguros, S.A..

No decorrer do exercício de 2011, em termos de alterações a nível da estrutura das participações, de realçar o reforço da participação na Europ Assistance, S.A. para 47% e na Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, S.A. para 100%, através da aquisição de 23% e 25%, respectivamente.

De referir ainda que a Fiduprivate, S.A., empresa onde a Companhia detinha 75%, foi alvo de um processo de liquidação em 2011.

Os investimentos em 31 de Dezembro de 2011 apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	38 914	-	39 400
BES Seguros	3 759	18 041	-	21 800
ES Contact Center	1 846	2 854	-	4 700
Esumédica	445	655	-	1 100
Europ Assistance	4 222	20 568	-	24 790
Pastor Vida	79 646	70 354	-	150 000
LOGO	20 000	-	-	20 000
T-Vida	77 489	41 611	-	119 100
Total	187 893	192 997	-	380 890

As alterações aos valores das participações ao longo de 2011 foram como segue:

(milhares de euros)

	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço Final
Advancecare	39 210	-	-	190	39 400
BES Seguros	21 463	-	-	337	21 800
ES Contact Center	4 504	-	-	196	4 700
Esumédica	825	-	-	275	1 100
Europ Assistance	4 207	2 465	-	18 118	24 790
Pastor Vida	79 646	-	-	70 354	150 000
LOGO	20 000	-	-	-	20 000
T-Vida	131 500	-	-	-12 400	119 100
Total	301 355	2 465	-	77 070	380 890

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares euros)

	2011	2010
Caixa	1 095	891
Depósitos em instituições de crédito	24 631	6 552
Total	25 726	7 443

Nota 9 - Terrenos e Edifícios

A valorização do património imobiliário é efectuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efectuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efectuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respectivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos activos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efectuada uma prospecção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objecto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transacções de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da actividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares euros)		
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2011	2010
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	65 814	88 092
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	236	127
Transferências	3 640	265
Abates/Vendas	-23 552	-24 242
Variações justo valor	363	1 572
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	46 501	65 814

Todos os imóveis de rendimento detidos pela Companhia têm como objectivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objectivo exclusivo de valorização. A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	40 875	60 251
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	5 626	5 563
Total	46 501	65 814

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Rendimentos de Rendas	2 328	2 744
Custos Operacionais	532	645
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	491	607
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	41	38

Englobado nos rendimentos de rendas acima referidos, existe um arrendamento de cerca de 240 mil euros anuais, por um período definido (i.e. 2019), referente a um espaço comercial e sujeito a renegociação com o arrendatário após esse período.

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Valor Bruto	28 295	44 268
Amortizações e imparidades acumuladas	-3 569	-6 429
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 726	37 839

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares euros)		
Activos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2011	2010
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	37 839	40 239
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	227	743
Transferências	- 260	-
Abates / Vendas	-13 642	-2 536
Imparidades - [(Dotação) / Utilização]	1 270	132
Amortizações do exercício	-708	-739
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 726	37 839

Nota 10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares euros)		
	2011	2010
Equipamento	40 766	39 897
Equipamento administrativo	4 412	4 312
Máquinas e ferramentas	1 643	1 623
Equipamento Informático	31 152	30 687
Instalações interiores	1 950	1 950
Despesas edificios arrendados	726	551
Material transporte	439	331
Outras imobilizações corpóreas	444	443
Imobilizado em curso	3 842	3 168
Amortizações acumuladas	-38 302	-37 035
Imparidades	-	-
Total	6 306	6 030

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	(milhares de euros)		
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	2 837	573	3 410
Adições	1 747	2 860	4 607
Transferências	-	-265	-265
Amortizações do exercício	-1 714	-	-1 714
Abates/Vendas	-8	-	-8
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	2 862	3 168	6 030
Adições	1 013	4 054	5 067
Transferências	-	-3 380	-3 380
Amortizações do exercício	-1 411	-	-1 411
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	2 464	3 842	6 306

De referir ainda a existência de outros activos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2011, 210 milhares de euros (2010: 255 milhares de euros).

Nota 11 - Afecção dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	(milhares de euros)		
	2011		Total
	Seguros Não Vida	Não Afectos	
Caixa e equivalentes	23 879	1 847	25 726
Terrenos e edifícios	71 227	-	71 227
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	375 090	5 800	380 890
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 617	-	4 617
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	259 974	927	260 901
Empréstimos concedidos e contas a receber	268 212	1 903	161 395
Investimentos a deter até à maturidade	107 589	-	107 589
Outros activos tangíveis	-	6 306	6 306
Outros activos	-	186 181	186 181
Total	1 110 588	203 482	1 314 070

	2010		
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	5 683	1 760	7 443
Terrenos e edifícios	103 653	-	103 355
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	296 026	5 329	301 355
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	6 459	-	6 459
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	334 288	3 911	338 199
Empréstimos concedidos e contas a receber	159 492	1 903	161 395
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	6 030	6 030
Outros activos	-	183 023	183 023
Total	905 601	201 956	1 107 557

Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respectivos activos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares euros)	
	2011	2010
Goodwill	25 785	25 785
Outros Intangíveis	55 600	51 534
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	40 819	38 163
Software	9 823	9 523
Intangíveis em curso	4 958	3 848
Amortizações Acumuladas	-42 368	-37 866
Imparidades	-	-
Total	39 017	39 453

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	25 785	13 939	8 582	2 487	2 870	39 724
Adições		4 678	172	140	4 366	4 678
Amortizações do exercício		-4 775	-4 119	-656	-	-4 775
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-174	3 214	-	-3 388	-174
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	25 785	13 668	7 849	1 971	3 848	39 453
Adições		4 066	286	170	3 610	4 066
Amortizações do exercício		-4 502	-3 820	-682	-	-4 502
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	2 370	130	-2 500	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	25 785	13 232	6 685	1 589	4 958	39 017

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Amortizações do Exercício de Activos Intangíveis	-4 502	-5 775
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 139	1 207
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 347	2 502
Gastos administrativos	1 009	1 059
Gastos financeiros		
Outros	7	7

Nota 13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activo Bruto	62 315	58 589
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	52 622	49 470
- reembolsos de sinistros	6 913	6 776
Mediadores de seguro	297	323
Co-seguradoras	2 483	2 020
Ajustamentos	-5 763	-5 539
Recibos por cobrar	-4 314	-4 462
Créditos de cobrança duvidosa	-1 449	-1 077
Activo Líquido	56 552	53 050

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efectuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de

garantias e ainda não recebidos são no montante de 2 820 milhares de euros (2010: 2 557 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activo Bruto	8 969	5 677
Resseguradores	8 965	8 669
Ressegurados	4	8
Ajustamentos	-223	-259
Créditos de cobrança duvidosa	-223	-259
Activo Líquido	8 746	8 418

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activo bruto	25 726	28 769
Entidades relacionadas	20	380
IFADAP	11 309	8 793
FAT	922	902
Gestão por conta IDS e Representadas	2 794	5 139
Cauções	1 036	1 669
Rendas e outros valores à cobrança	567	1 197
Pessoal	462	702
Outros valores a receber	8 616	9 987
Ajustamentos	-787	-1 407
Créditos de cobrança duvidosa	-787	-1 407
Activo Líquido	24 939	27 362

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Ajustamento de recibos por cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 462	4 973
Dotações do exercício	-	-
Utilizações do exercício	-148	-511
Saldo em 31 de Dezembro	4 314	4 462
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	2 743	1 897
Dotações do exercício	-	846
Utilizações do exercício	-284	-
Saldo em 31 de Dezembro	2 459	2 743

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Acréscimos de Rendimentos	815	91
- Prestações de serviços	815	91
Gastos Diferidos	1 466	849
- Seguros	195	157
- Rendas	0	17
- Gastos de aquisição	1 271	675
Total	2 281	940

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	3 272	4 113
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4 628	4 227
- Contas correntes	945	1 646
Co-seguradoras	13 843	10 289
Total	22 688	20 275

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Resseguradores	14 065	11 891
Ressegurados	647	558
Total	14 712	12 449

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Entidades relacionadas	415	940
Fornecedores de bens em <i>leasing</i>	1 648	2 442
Outros fornecedores de bens e serviços	2 136	2 132
IFADAP	1 671	1 320
Pensões AT	1 363	1 332
Participações financeiras por liquidar	44 621	63 646
Outros valores a pagar	1 786	1 873
Total	53 640	73 685

Os valores de Participações financeiras por liquidar de 2010 e 2011 dizem respeito aos montantes remanescentes da aquisição da seguradora Pastor Vida, agendados para serem realizados em períodos pré-acordados de 5 e 10 anos, com base em valores fixos e em valores variáveis apurados em função dos objectivos de gestão acordados. A redução verificada traduz a evolução nos factores determinantes para o apuramento dos valores variáveis em função dos objectivos.

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Rendimentos Diferidos	291	103
- Rendas	291	103
Acréscimo de Custos	19 873	21 554
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	5 933	6 673
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	4 247	5 541
- Fornecimentos e serviços externos	9 304	8 959
- Impostos	389	381
Total	20 164	21 657

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respectivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Impostos	2 954	2 385
Responsabilidade com obras coercivas	-	250
Total	2 954	2 635

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	2 635	1 828
Dotações do exercício	656	907
Diminuição da provisão	-337	-100
Saldo em 31 de Dezembro	2 954	2 635

A variação positiva de Outras provisões é explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC de 2006, 2007, 2008 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais-valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira. Esta variação é incluída em custos por natureza a imputar.

A variação negativa de Outras provisões corresponde fundamentalmente à resolução do contencioso inerente a uma situação de obras coercivas.

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	107 492	103 389	-676	879	108 168	102 510
Incêndio e outros danos	62 232	61 568	573	928	61 659	60 640
Automóvel	147 349	142 180	1 249	2 947	146 100	139 233
Marítimo, aéreo e transportes	7 014	6 956	-91	66	7 105	6 890
Responsabilidade civil geral	10 459	10 915	-200	257	10 659	10 658
Crédito e caução	54	89	-10	-11	64	100
Protecção jurídica	16	17	-1	-1	17	18
Assistência	10 295	8 617	633	283	9 662	8 334
Diversos	2 301	2 123	183	92	2 118	2 031
Total	347 212	335 854	1 660	5 440	345 552	330 414

Os prémios brutos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acidentes e doença	3 591	4 306	-74	675	3 665	3 631
Incêndio e outros danos	26 122	24 079	195	659	25 927	23 420
Automóvel	1 655	1 680	-	-	1 655	1 680
Marítimo, aéreo e transportes	3 756	3 651	107	6	3 649	3 645
Responsabilidade civil geral	1 720	1 895	-105	64	1 825	1 831
Crédito e caução	23	52	-9	-7	32	59
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	11 000	9 953	447	674	10 553	9 279
Diversos	2 051	1 966	145	88	1 906	1 878
Total	49 918	47 582	706	2 159	49 212	45 423

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2011, analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	107 492	108 168	84 920	28 727	-314
Incêndio e outros danos	62 126	61 590	35 294	21 292	-10 702
Automóvel					
- Responsabilidade civil	92 250	92 168	53 985	24 886	-2 908
- Outras coberturas	46 066	45 007	41 379	15 011	-568
Marítimo, aéreo e transportes	6 994	7 093	3 510	1 790	-1 002
Responsabilidade civil geral	10 459	10 659	2 274	3 854	-2 297
Crédito e caução	54	64	-426	24	-1
Protecção jurídica	16	17	-65	7	-
Assistência	10 295	9 662	-	1 871	-9 235
Diversos	2 266	2 084	1 608	466	-17
Total	338 018	336 512	222 479	97 928	-27 044
Resseguro aceite	9 194	9 040	7 873	2 810	-470
Total Geral	347 212	345 552	230 352	100 738	-27 514

Nota 16 – Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de rendimentos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Juros	16 534	11 246
Activos financeiros disponíveis para venda	3 496	9 388
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	290	263
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	6 745	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	6 003	1 595
Rendas	2 328	2 744
Terrenos e edifícios	2 328	2 744
Dividendos	11 130	8 719
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10 024	7 876
Activos financeiros disponíveis para venda	1 106	843
Total	29 992	22 709

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4 134	1 654
De outros emissores	6 396	7 997
Acções	10 817	8 631
Outros títulos de rendimento variável	313	89
Imóveis	2 328	2 744
Depósitos	5 978	1 557
Empréstimos e outros activos	26	37
Total	29 992	22 709

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custos imputados à função investimentos	1 217	1 328
Juros de acordos de recompra	1 472	-
Custos directos de funcionamento	532	645
Total	3 221	1 973

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)			(milhares de euros)		
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	11 541	-8 479	3 062	7 048	-3 263	3 785
Activos financeiros disponíveis para venda	11 486	-6 323	5 163	7 048	-3 263	3 785
Investimentos a deter até à maturidade	55	-	55	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-2 156	-2 156	-	-	-
Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados	21 182	-3 497	17 685	3 024	-	3 024
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	21 182	-98	21 084	1	-	1
Activos financeiros detidos para negociação	-	-3 399	-3 399	3 023	-	3 023
Não Financeiros	3 049	-2 923	126	580	-703	-123
Terrenos e edifícios - Uso próprio	1 303	-997	306	250	-125	125
Terrenos e edifícios - Rendimento	1 746	-1 926	-180	330	578	-248
Total	35 772	-14 899	20 873	10 652	3 966	6 686

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			(milhares de euros)		
	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao Justo Valor	-	-1 328	-1 328	-	-81	-81
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	-	-1 328	-1 328	-	-81	-81
Não Financeiros	-	-	-	3 149	-1 577	1 572
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-	-	3 149	-1 577	1 572
Total	-	-1 328	-1 328	3 149	-1 658	1 491

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	70	-53	17	514	-858	-344
Activos financeiros detidos para negociação	28	-22	6	570	-313	257
Outros	3	-12	-9	1	-4	-3
Total	101	-87	14	1 085	-1 175	-90

Nota 20 – Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Rendimentos Técnicos	511	353
Comissões de gestão de co-seguro	200	282
Taxas de gestão de sinistros	19	5
Remuneração por serviços - IFADAP	5	6
Gestão por conta de sinistros	287	60
Outros Gastos Técnicos	1 764	1 564
Comissões de gestão de co-seguro	202	433
Gestão por conta de sinistros	1 562	1 131
Valor do Ganhos e Perdas	-1 253	-1 211

O saldo da rubrica de Outras rendimentos/gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Outros Rendimentos Não Técnicos	2 740	3 819
Restituição de impostos	-	142
Correcções e acertos	1 117	866
Outros ganhos	434	895
Juros e outros ganhos financeiros	55	82
Serviços prestados	271	574
Ganhos por alienação de activos tangíveis	15	37
Serviços para a própria empresa	848	1 223
Outros Gastos Não Técnicos	8 219	5 515
Donativos	15	21
Mecenato	307	309
Ofertas a clientes	419	397
Multas	4	17
Quotizações	7	7
Rescisões contratuais	2 061	1 406
Dividas incobráveis	386	3
Correcções e acertos	1 058	303
Outros gastos	3 170	2 004
Serviços bancários e juros de mora	792	1 048
Valor do Ganhos e Perdas	-5 479	-1 696

O saldo da rubrica de Outras provisões é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Responsabilidade com obras coercivas	250	-
Impostos	87	-
Representadas (Sinistros Internacionais)	-	100
Valor do Ganhos e Perdas	337	100

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 284	17%	14 617	41%	14 860	41%	313	1%	36 074	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 437	16%	8 526	40%	8 855	42%	331	2%	21 149	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 539	100%	-	0%	2 539	100%
Amortizações	1 400	21%	3 127	47%	1 859	28%	235	4%	6 621	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	106	100%	-	0%	106	100%
Outros custos	19	5%	40	10%	16	4%	338	82%	413	100%
Total	11 140	17%	26 310	39%	28 235	42%	1 217	2%	66 902	100%

(milhares de euros) (%)

2010	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 457	18%	14 788	40%	14 973	41%	345	1%	36 563	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 754	17%	8 771	40%	9 031	41%	354	2%	21 910	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 433	100%	-	0%	2 433	100%
Amortizações	1 536	21%	3 423	47%	2 017	28%	253	3%	7 229	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	53	100%	-	0%	53	100%
Outros custos	20	4%	42	9%	17	4%	376	83%	455	100%
Total	11 767	17%	27 024	39%	28 524	42%	1 328	2%	68 643	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22. O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Electricidade e Água	437	389
Combustíveis	342	316
Material de escritório, impressos e outros	117	178
Artigos para oferta	343	443
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	337	355
Manutenção de equipamento informático	1 407	1 509
Rendas	1 324	1 189
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 235	1 343
Despesas de deslocação e representação	1 502	1 611
Comunicações telefónicas e redes	1 086	905
Correios	1 204	1 470
Seguros	110	115
Avenças e honorários	462	584
Publicidade e marketing	1 684	1 907
Limpeza, higiene e conforto	436	419
Vigilância e segurança	295	262
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	5 045	5 048
Serviços e desenvolvimentos informáticos	1 735	1 791
Quotizações APS	238	224
Cobrança de prémios	801	743
Formação de mediadores	328	402
Trabalho temporário	256	199
Outros serviços e fornecimentos diversos	425	508
Total	21 149	21 910

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Iva suportado	270	265
Taxa para o ISP	816	791
Taxa para o FAT	718	686
Imposto municipal sobre imóveis	40	55
Taxa para o Governos Cívicos	589	526
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	57	52
Outros impostos, taxas e licenças	49	58
Total	2 539	2 433

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 820	4 119
Software	682	656
Equipamento informático	205	185
Imóveis de uso próprio	708	740
Equipamento administrativo e máquinas	299	337
Instalações interiores	245	209
Locação financeira	648	968
Outro equipamento	14	15
Total	6 621	7 229

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Provisão para impostos	106	53
Juros de depósitos de resseguradores	31	16
Juros de locação financeira	75	80
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	307	359
Total	519	508

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custos de Aquisição		
Remunerações de mediação	36 398	35 228
Custos imputados	26 310	27 024
Outros custos de aquisição	7 913	9 764
Custos de Aquisição Diferidos (variação)	42	-1 278
Gastos Administrativos		
Remunerações de mediação	1 840	1 842
Custos imputados	28 235	28 524
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-7 340	-10 296
Total	93 398	90 808

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2011	2010
Direcção	57	58
Quadro Técnico	182	182
Quadro Técnico-Administrativo	245	261
Quadro Comercial	165	157
Quadro Informático	24	24
Quadro de Apoio Geral	4	6
Quadro de Electricistas	1	1
Total	678	689

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha. O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Remunerações - Órgãos sociais	1 525	1 605
Remunerações - Pessoal	25 896	25 910
Encargos sobre remunerações - Órgãos sociais	133	109
Encargos sobre remunerações - Pessoal	5 489	5 472
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	1 121	1 112
Seguros obrigatórios	696	1 141
Gastos de acção social	912	930
Formação	232	218
Outros gastos com pessoal	70	66
Total	36 074	36 563

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentados na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas, perfizeram o montante de 42 milhares de euros.

Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de Junho de 1995.

Adicionalmente, assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Administradores benefícios pensões de reforma por velhice, invalidez e morte. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”) durante o ano de 2012.

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não irá ter qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efectiva do plano.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2011.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2011	2010
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%- 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,75% - 3,75% (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,40%-4,94% (*)	5,15% - 4,73% (*)
Taxa de crescimento dos custos médicos	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25%	2,25%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

O efeito das variações, positiva e negativa, de um ponto percentual na taxa de crescimento dos custos médicos, no agregado do custo do serviço corrente e de juros, bem como na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	2011		2010	
	+1 p.p.	-1 p.p.	+1 p.p.	-1 p.p.
No agregado do custo do serviço corrente e do custo dos juros do exercício	1	-1	1	-1
Na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego	21	-21	20	-20

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011	2010
Activos	320	336
Reformados	219	241
Total	539	577

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-37 864	-552	-38 416	43 110	-798	-43 908
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	40 417	-	40 417	42 343	-	42 343
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	2 553	-552	2 001	-767	-798	-1 565

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 402 (2010: 415), e o valor total da responsabilidade ascende a 14 395 milhares de euros (2010: 14 708 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	43 110	798	43 908	45 323	751	46 074
Custo do serviço corrente	883	3	886	890	3	893
Custo dos juros	2 235	40	2 275	2 376	38	2 414
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-4 512	-177	-4 689	-670	132	-538
Pensões pagas pelo fundo	-3 852	-	-3 852	-4 809	-	-4,809
Benefícios pagos pela Companhia	-	-112	-112	-	-126	-126
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	37 864	552	38 416	43 110	798	43 908

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	42 343	-	42 343	45,010	-	45 010
Rendimento real do fundo	-	-	-	-	-	-
Rendimento esperado do fundo	2 040	-	2 040	2 195	-	2 195
Ganhos e perdas actuariais	-2 026	-	-2 026	-1 767	-	-1 767
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	1 912	-	1 912	1 714	-	1 714
Pensões pagas pelo fundo	-3 852	-	-3 852	-4 809	-	-4 809
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	40 417	-	40 417	42 343	-	42 343

A evolução dos desvios actuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	15 409	408	15 817	14 312	276	14 588
(Ganhos) e perdas actuariais						
- Nas responsabilidades	-4 512	-177	-4 689	-670	132	-538
- Nos activos do plano	2 026	-	2 026	1 767	-	1 767
Amortização do exercício	-	-	-	-	-	-
<i>Curtailment cost</i>	-	-	-	-	-	-
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	12 923	231	13 154	15 409	408	15 817

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
(Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	767	798	1 565	313	751	1 064
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	-4 512	-177	-4 689	-670	132	-538
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	2 026	-	2 026	1 767	-	1 767
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	883	3	886	890	3	893
- Custo dos juros	2 235	40	2 275	2 376	38	2 414
- Rendimento esperado do fundo	-2 040	-	-2 040	-2 195	-	-2 195
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-1 912	-112	-2 024	-1 714	-126	-1 840
Activos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	-2 553	552	-2 001	767	798	1 565

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	883	3	886	890	3	893
Custo dos juros	2 235	40	2 275	2 376	38	2 414
Rendimento esperado do fundo	-2 040	-	-2 040	-2 195	-	-2 195
Amortização do exercício	-	-	-	-	-	-
Custos do Exercício	1 078	43	1 121	1 071	41	1 112

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Terrenos e edificios	7 935	8 061
Acções e outros títulos de rendimento variável	12 645	8 502
Títulos de rendimento fixo	34 253	40 575
Depósitos em instituições de crédito	1 449	1 189
Devedores e credores do fundo	-226	-64
Juros a receber	595	819
Total	56 651	59 084

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 71,3% (2010: 71,7%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2011		2010		2009		2008		2007	
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde								
Responsabilidades	-37 864	-552	-43 110	-798	-45 323	-751	-44 250	-705	-51 346	-534
Saldo dos fundos	40 417	-	42 343	-	45 010	-	43 087	-	47 311	-
Activos/ (responsabilidades) Líquidas em Balanço	2 553	-552	-767	-798	-313	-751	-1 163	-705	-4 035	-534

Nota 24 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 28,94%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço. A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2009, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2010 e 2011 tendo havido lugar a apuramento de imposto diferido activo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2010	13 767	-	13 767	2014
2011	20 433	-	20 433	2015
Total	34 200	-	34 200	

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2011 e 2010 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2011		2010	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	7	14 759	5	14 791
Retenção de imposto na fonte	-	719	-	866
Imposto sobre o valor acrescentado	155	177	155	210
Outros impostos e taxas	103	7 613	90	8 340
Contribuições para a segurança social	138	831	128	817
Tributos das autarquias locais	-	120	-	120
Total	403	24 219	378	25 144

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Investimentos	2 400	1 690	-48 619	-31 145	-46 219	-29 455
Benefícios pós-emprego	90	193	-	-3 308	90	-3 115
Provisões técnicas	455	910	-	-	455	910
Provisão cobranças duvidosas	64	69	-	-	64	69
Prejuízos fiscais	8 550	2 898	-	-	8 550	2 898
Imóveis	-	3 264	-99	-	-99	3 264
Outros custos não dedutíveis	554	406	-	-	554	406
Total	12 113	9 430	-48 718	-34 453	-36 605	-25 023

Os valores de 2011 e 2010 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS. Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2011	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-827	-827
Estimativa de IRC	-	-	-
Imposto autónomo	-	-827	-827
Imposto Diferido	-17 570	5 987	-11 583
Investimentos	-17 570	805	-16 765
Benefícios pós-emprego	-	3 205	3 205
Activos Tangíveis/Intangíveis	-	-	-
Provisões técnicas	-	-455	-455
Bónus/Distribuição de Lucros	-	-	-
Provisão Cobranças Duvidosas	-	-5	-5
Prejuízos fiscais	-	5 652	5 652
Imóveis com intenção de venda	-	-3 363	-3 363
Outros custos não dedutíveis	-	148	148
Total	-17 570	5 160	-12 410

(milhares de euros)

2010	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-357	-357
Estimativa de IRC	-	-	-
Imposto autónomo	-	-357	-357
Imposto Diferido	-17 626	5 719	-11 907
Investimentos	-17 626	80	-17 546
Benefícios pós-emprego	-	-333	-333
Provisões técnicas	-	-339	-339
Provisão cobranças duvidosas	-	17	17
Prejuízos fiscais	-	2 898	2 898
Imóveis	-	3 264	3 264
Outros custos não dedutíveis	-	132	132
Total	-17 626	5 362	-12 264

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Resultado antes de impostos	28 718	6 274
Taxa de imposto	28,94%	28,94%
Imposto Apurado com base na Taxa Oficial	-8 311	1 816
Dividendos excluídos da tributação	1 799	2 495
Benefícios fiscais	148	159
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-646	1 558
Imposto diferido activo não reconhecido anteriormente	12,997	3 323
Imposto Autónomo	-827	-357
Imposto Corrente + Diferido	5 160	5 362

Nota 25 - Capital

O capital da Tranquilidade, de 210 milhões de euros representado por 42 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se totalmente subscrito mas apenas realizado em 160 milhões de euros. Do aumento de capital efectuado em Dezembro no valor de 75 milhões de euros apenas foram realizados 25 milhões de euros, sendo que a realização do restante valor deverá ser feita até 2015.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Reserva por desvios actuariais

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a Tranquilidade optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em reservas. Nessa base, conforme referido na Nota 3, a rubrica Outras reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração.

Em 31 de Dezembro de 2011, 2010 e 2009, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010	2009
Reservas de justo valor de activos financeiros	171 428	108 630	53 079
Reserva por impostos diferidos	-48 525	-30 955	-13 329
Outras reservas	29 984	26 156	26 464
- Reserva legal	42 210	41 045	40 124
- Reserva por desvios actuariais	-13 154	-15 817	-14 588
- Reservas livres	928	928	928
Reservas	152 887	103 831	66 214

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	192 997	115 927
Títulos de rendimento variável	4 818	18 421
Títulos de rendimento fixo	-26 387	-25 718
Reservas de justo valor	171 428	108 630

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	284 171	351 220
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	187 893	185 908
	472 064	537 128
Imparidade	-8 156	-6 204
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	463 908	530 924
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	260 901	338 199
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	380 890	301 355
	641 791	639 554
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	177 883	108 630
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-6 455	-
Impostos diferidos e correntes	-48 525	-30 955
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	122 903	77 675

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2011	2010
Saldo a 01 de Janeiro	77 675	39 750
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	65 230	46 592
Imparidade reconhecida no ano	-2 432	8 959
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-17 570	-17 626
Saldo a 31 de Dezembro	122 903	77 675

Nota 27 – Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011	2010
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	33 878	12 235
Número de acções (final do exercício)	32 000 000	32 000 000
Resultados por Acção (em euros)	1,06	0,38

De referir que em 2011 existem 10 milhões de acções no valor de 5 euros cada, ainda não realizadas, perfazendo o número de acções subscritas 42 milhões.

Nota 28 – Dividendos por Acção

A Companhia tem como accionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2011 e 2010, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respectivos dividendos por acção:

	2011	2010
Dividendos (em milhares de euros)	5 000	8 250
Número de acções (início do exercício)	32 000 000	27 000 000
Dividendos por Acção (em euros)	0,16	0,31

O dividendo indicado em 2011 refere-se a um pagamento de dividendo antecipado relativo esse exercício.

Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de São Bernardo, n.º 62 – 1200-826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros vida e não vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de *call center*.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o montante global dos activos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2011				2010			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	12	321	3 984	906	-	304	3 698	1 410
BANCO ESPÍRITO SANTO	127 381	168 715	7 536	21 458	88 897	1 226	1 770	5 084
BES SEGUROS	11	-	-	1 227	8	14	-	1 463
BES VIDA	66	-	-	177	80	52	-	137
BESI	10 536	-	-	-	7 257	-	-	-
BESLEASING	393	1 515	75	15	523	2 442	87	224
BEST	4	-	-	-	-	50	-	-
E.S. CONTACT CENTER	294	22	121	110	288	-	86	66
E.S. INFORMÁTICA	-	-	6	-	-	-	34	-
E.S. INNOVATION	-	1	-	-	-	-	-	-
E.S. INVESTMENT	-	-	320	-	2 201	-	339	27
E.S. FINANCIAL PRT	2 068	-	-	-	-	-	-	-
E.S. RECUPERAÇÃO CRÉDITO, ACE	-	-	-	-	-	-	-	96
E.S. SAÚDE	1	-	-	67	6	-	-	55
E.S. SERVIÇOS 2, ACE	-	44	565	14	-	38	573	-
ESAF	2	-	-	814	3	-	-	726
ESEGUR	129	12	279	292	80	-	235	252
ESFG	-	-	2 473	365	3 448	-	-	484
ESFIL	2 898	-	3	179	2 985	-	-	135
ESGEST	14	-	198	-	-	-	163	-
ESUMÉDICA	-	4	840	-	414	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	1 410	-	-	312	1 080	-	-	395
GESFIMO	2	-	-	12	3	-	-	34
HERDADE DA COMPORTA	-	-	-	6	-	-	-	32
HOTÉIS TIVOLI	-	-	32	-	-	-	28	-
LOGO	17 514	7 646	11 123	9 012	12 775	6 470	9 689	7 887
MULTIPESSOAL-SERVIÇOS	63	-	251	198	-	-	39	176
MULTIPESSOAL-TRABALHO TEMPORÁRIO	-	22	-	-	-	-	163	186
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	32	417	-	-	31	453	-
TOP ATLÂNTICO	-	69	1 101	-	-	17	690	-
PASTOR VIDA	-	-	-	3 113	-	-	-	-
T-VIDA	12 502	71	-	4 600	12 505	636	-	4 700
	175 300	178 474	29 324	42 877	132 603	11 230	18 047	23 569

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2011	2010
Activos tangíveis (valor bruto)	11 552	11 353
Amortizações acumuladas	-10 949	-10 400
Activos Tangíveis (Valor Líquido)	603	953
Credores - Fornecedores de Bens	1 647	2 442

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	217	517	913
Contratos de locação operacional	166	445	650

Relativamente aos Fundos de Investimento (*Private Equity*), a Companhia tem responsabilidades assumidas no montante de 5,16 milhões de euros. Tratam-se de montantes por entregar relativos a investimentos que têm uma duração de aproximadamente dez anos, com o esforço de investimento centrado nos primeiros cinco anos. O património destes fundos destina-se a ser investido na aquisição de participações e ou projectos com elevado potencial de crescimento e valorização.

Nota 37 – Outras Informações

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *facto control*.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) *Joint operations*: e (ii) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades;
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta;

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores;
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e *joint ventures*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades relativamente aos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PERTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	85,84	39 400 000,00
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	29,07	21 800 000,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	5,65	4 700 000,00
ESUMEDICA	300 000			1,49	445 502,00	3,67	1 100 000,00
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	35,16	24 790 000,00
PASTOR VIDA	4 550 000			17,50	79 646 000,00	32,97	150 000 000,00
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	65 000 000			1,19	77 488 591,00	1,83	119 100 000,00
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,14	42 974,40
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1 526,60	1 526,60
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	100			22,93	2 293,30	112,34	11 234,04
ESPIRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,52	9 342 000,00
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618,00	3 306,70	66 134,07
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	5,22	734 011,69
Subtotal	79 697 929	0,00			192 321 652,03		391 087 880,80
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	74,90%	100,2%	521 040,00	75,5%	392 546,64
BES PL 3.75% 01/12		2 750 000,00	99,53%	96,5%	2 653 750,00	103,1%	2 834 844,43
BES PL FLOAT 12/15		2 200 000,00	100,02%	100,0%	2 200 020,52	100,1%	2 202 101,54
BESPL 3.375% 02/15		8 000 000,00	89,64%	88,4%	7 072 714,29	92,6%	7 405 430,29
BESPL 3.375% 02/15		2 000 000,00	75,30%	99,9%	1 998 110,35	78,3%	1 565 437,50
BESPL 3.875% 01/21/2015		3 000 000,00	71,68%	98,9%	2 965 910,96	75,3%	2 260 051,64
BESPL 5.625% 06/14		9 100 000,00	90,88%	89,3%	8 126 993,01	94,1%	8 567 010,11
ES FINANCIAL 8% 07/26/13		2 000 000,00	99,93%	100,0%	2 000 000,00	103,4%	2 067 653,71
Subtotal	0	29 570 000,00			27 538 539,13		27 295 075,86
Total	79 697 929	29 570 000,00			219 860 191,16		418 382 956,66
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		3 000 000,00	92,50%	99,8%	2 992 500,00	96,6%	2 897 786,88
Subtotal	0	3 000 000,00			2 992 500,00		2 897 786,88
Total	79 697 929	32 570 000,00			222 852 691,16		421 280 743,54
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP	1 200 000			0,28	330 274,29	0,14	163 200,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	580,19	3 481,13
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	340,38	67 395,37
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	2,75	343,21
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,20	66 720,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	11,68	87 608,62
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÉXTEL SOC IND TÊXTEL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	1 321 826	0,00			547 116,75		388 749,33
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANCO BIC TESOURARIA	100 361			4,98	500 000,00	5,11	512 826,17
ES LOGISTICA	1 113 700			5,00	5 568 500,00	5,00	5 568 500,00
ES ROCK FELLER GLOBAL	8 000			149,41	1 195 251,61	132,50	1 059 974,83
ES TRADING FUND	27 000			109,99	2 969 730,00	98,57	2 661 390,00

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	1 832			972,35	1 781 190,45	1 006,12	1 843 048,58
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	84 729 304			0,01	847 293,04	0,01	819 332,37
EXPLORER II	110			25 045,24	2 754 265,79	27 363,00	3 009 153,16
EXPLORER III	12			25 000,00	296 000,00	24 029,00	284 503,36
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	4 496			1 000,00	4 496 000,00	996,68	4 481 073,28
FUNGEPI BES	6 226 747			3,20	19 917 348,15	3,06	19 048 241,75
FUNGERE (UP)	4 524 787			4,19	18 952 913,39	3,96	17 930 825,92
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	9 114			997,61	9 092 172,12	991,11	9 032 976,54
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	19 247			980,12	18 864 441,74	936,62	18 027 125,14
Subtotal	96 764 710	0,00			87 235 106,29		84 278 971,10
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 01/20/12		1 000 000,00	99,80%	98,3%	982 747,15	99,8%	997 978,39
BT 0% 02/17/12		7 000 000,00	99,47%	97,2%	6 801 660,70	99,5%	6 963 094,68
BT 0% 03/23/12		10 000 000,00	99,01%	97,2%	9 722 693,61	99,0%	9 901 165,74
PT OT 3.35% 10/15/15		16 500 000,00	92,09%	91,0%	15 015 702,08	92,8%	15 310 424,86
PT OT 3.6% 10/15/14		5 000 000,00	95,38%	94,5%	4 724 565,07	96,1%	4 806 776,45
PT OT 4.2% 10/15/16		3 000 000,00	92,72%	92,0%	2 758 812,54	93,6%	2 808 166,10
PT OT 4.35% 10/16/17		1 500 000,00	91,28%	90,6%	1 358 322,23	92,2%	1 382 804,18
PT OT 4.75% 06/14/19		3 250 000,00	89,83%	89,3%	2 903 636,54	92,5%	3 005 394,89
PT OT 4.8% 06/15/20		12 000 000,00	88,64%	88,2%	10 580 591,26	91,3%	10 954 658,40
PT OT 5% 06/15/12		4 000 000,00	97,00%	102,1%	4 082 991,19	99,7%	3 988 743,17
PT OT 6.4% 02/15/16		2 500 000,00	99,77%	99,7%	2 493 237,93	105,4%	2 634 606,47
Subtotal	0	65 750 000,00			61 424 960,30		62 753 813,33
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3.25% 01/15		4 500 000,00	90,08%	88,6%	3 987 411,94	93,2%	4 195 705,16
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	55,45%	100,2%	2 004 000,00	55,5%	1 110 334,00
BCP 04/14 5.625%		3 500 000,00	89,56%	87,6%	3 067 367,30	93,5%	3 272 330,86
BCP 3.75% 10/16		3 000 000,00	84,16%	82,2%	2 466 745,43	85,0%	2 551 012,56
BCP PL 2.375% 01/18/2012		3 500 000,00	99,50%	99,9%	3 496 718,11	101,8%	3 561 595,68
BCP PL 3.625% 01/12		2 500 000,00	99,64%	97,4%	2 435 444,01	103,1%	2 578 108,61
CXGD 3.625% 07/14		3 000 000,00	80,08%	101,0%	3 030 278,37	81,7%	2 450 952,38
CXGD 4.25% 01/20		2 500 000,00	65,34%	99,7%	2 493 152,51	69,3%	1 731 940,41
CXGD 5.125 02/14		3 300 000,00	88,50%	104,4%	3 443 969,17	92,9%	3 066 457,19
DOURM 1 A		601 631,77	58,29%	99,3%	597 590,16	58,3%	350 961,94
EDP FINANCE 3.25% 03/15		3 000 000,00	84,00%	99,5%	2 985 485,74	86,6%	2 597 254,10
EDP FINANCE 4.75% 09/26/2016		3 000 000,00	82,80%	104,9%	3 145 904,60	84,0%	2 521 317,05
MONTPI 03/05/2012		2 000 000,00	92,47%	100,0%	2 000 023,55	92,8%	1 855 292,78
PORTUGAL TELECOM INT5.625% 02/16		5 000 000,00	81,00%	99,6%	4 977 577,30	86,0%	4 301 198,63
REFER 4% 03/16/15		5 000 000,00	91,18%	89,8%	4 488 529,39	94,3%	4 717 335,50
SEMAPA 20/04/2016		700 000,00	99,70%	99,5%	696 500,00	100,3%	702 282,00
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
P.CAVALEIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÊXTIL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Prazo EUR BES					55 226 339,36		55 270 761,65
Dep Prazo EUR MG					17 233 436,21		17 253 001,30
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					99 850 000,00		99 854 853,82
Dep Prazo Eur BESI					10 425 985,25		10 470 036,50
Dep Prazo EUR BCP					10 521 174,68		10 634 423,43
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 537 341,07
Subtotal	0	47 135 631,77			261 073 633,08		257 584 496,62
Subtotal	0	112 885 631,77			322 498 593,38		320 338 309,95
Total	98 086 536	112 885 631,77			410 280 816,42		405 006 030,38
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	127 740	0,00		0,00		0,00	
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
L&C UK PUBLIC SECTOR REAL ESTATE	9			901,49	8 365,74	881,00	8 175,59
L&C UK REAL ESTATE	21			1 190,68	25 277,42	1 155,00	24 519,96
UBAM NEUBERGER BERMAN US EQUITY	5 529			542,56	2 999 999,80	467,40	2 584 414,45
Subtotal	5 560	0,00			3 033 642,96		2 617 110,00
Subtotal	133 300	0,00			3 033 642,96		2 617 110,00
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BOTS 0% 01/31/12	3 750 000,00		99,99%	99,8%	3 744 321,12	100,0%	3 749 437,50
BUNDESUBL 2.25% 04/10/2015	1 000 000,00		101,09%	101,2%	1 012 259,93	102,7%	1 027 229,30
FRENCH TREASURY 2.25% 02/16	1 000 000,00		101,84%	102,2%	1 022 352,24	103,8%	1 037 712,50
HELLENIC REPUBLIC 5.5% 08/20/14	2 250 000,00		22,59%	78,9%	1 776 068,55	24,6%	553 244,26
HELLENIC REPUBLIC 6.25% 06/19/20	4 000 000,00		19,00%	99,0%	3 959 869,94	22,3%	893 196,72
IRISH GOVT 4.6% 04/16	2 000 000,00		87,90%	86,6%	1 731 260,52	91,1%	1 822 577,28
LETRAS 0% 01/20/12	3 750 000,00		99,90%	99,9%	3 746 008,43	99,9%	3 746 250,00
LETRAS 0% 03/23/12	1 000 000,00		99,49%	99,0%	990 200,00	99,5%	994 850,00
LUXEMBOURG GOVT 3.75% 12/04/13	1 500 000,00		105,13%	105,4%	1 580 579,73	105,4%	1 581 213,75
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/17	1 250 000,00		99,25%	99,2%	1 240 008,13	100,6%	1 256 915,77
NETHERLANDS GOVT 3.25% 07/15	750 000,00		103,48%	103,9%	779 049,48	105,0%	787 328,96
NETHERLANDS GOVT 4.25% 07/13	5 000 000,00		106,26%	106,2%	5 308 000,00	108,2%	5 410 871,58
Subtotal	0	27 250 000,00			26 889 978,07		22 860 827,62
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
EFSF 2.75% 07/16	2 000 000,00		102,91%	102,6%	2 052 798,22	104,2%	2 083 561,11
EFSF 2.75% 12/16	2 500 000,00		99,66%	99,6%	2 490 957,68	99,9%	2 496 274,36
EUROPEAN INVEST BANK 2.5% 07/15/15	3 000 000,00		101,89%	102,6%	3 078 878,24	103,1%	3 091 908,33
EUROPEAN INVEST BANK 3.625% 10/15/13	2 000 000,00		104,12%	104,5%	2 090 783,66	104,9%	2 097 806,94
EUROPEAN UNION 3.625% 04/06/16	3 000 000,00		106,85%	107,1%	3 211 854,55	109,6%	3 286 760,42
Subtotal	0	12 500 000,00			12 925 272,35		13 056 311,16
2.2.2.3 - De outros emissores							
PELIC 2 A	147 922,84		66,57%	98,6%	145 829,97	66,6%	98 584,20
PELICAN 3 A	829 991,02		71,00%	97,5%	809 448,23	71,1%	589 867,61
ABERTIS 4.625% 10/16	8 000 000,00		96,07%	103,4%	8 274 733,80	97,1%	7 764 052,46
ASCENDI FINANCING 8.75% 07/13	1 000 000,00		99,91%	100,0%	1 000 000,00	104,2%	1 042 180,01
BBVA SUB CAPITAL UNIP 03/04/2017	3 000 000,00		87,51%	100,0%	3 001 340,70	88,0%	2 638 547,17
CAISSE AMORT 1.75% 11/13	1 500 000,00		100,19%	100,0%	1 499 654,26	100,4%	1 505 949,02
CAJA CASTILLA 02/11/2016	2 000 000,00		75,13%	100,2%	2 004 000,00	75,6%	1 511 244,61
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019	4 000 000,00		86,15%	100,2%	4 008 000,00	86,5%	3 460 289,44
CORP PROP INV 7,18% 09/01/2013	500,00		83693,48%	85730,9%	428 654,31	85543,2%	427 715,95
DEXIA MUNICIPAL AGENCY 2.75% 01/16	1 500 000,00		93,05%	100,0%	1 500 285,53	95,6%	1 434 204,66
ENEL FINANCE 4.625% 06/15	1 000 000,00		101,03%	99,9%	998 911,30	101,9%	1 019 026,11
ERSTE BANK 19/07/2017	7 000 000,00		97,53%	100,4%	7 031 229,42	97,9%	6 854 907,11
GAS NATURAL 4.375% 11/16	2 000 000,00		97,90%	101,9%	2 037 370,39	98,6%	1 972 065,19
GAS NATURAL 5.25% 07/14	4 450 000,00		102,18%	104,5%	4 649 091,12	104,7%	4 658 493,44
GE CAPITAL EUR FUND FLOAT 05/17/21	2 000 000,00		78,38%	99,6%	1 992 300,37	78,6%	1 571 731,56
GOLDMAN SACHS FLOAT 01/30/17	8 000 000,00		87,27%	99,9%	7 991 757,08	87,6%	7 008 292,44
GOLDMAN SACHS FLOAT 05/23/16	3 000 000,00		88,63%	100,0%	3 000 403,68	88,8%	2 664 637,93
HBOS PLC 09/01/2016	5 500 000,00		80,63%	100,5%	5 527 821,64	80,8%	4 442 714,83
HIPOT 5 A2	253 935,56		49,96%	97,9%	248 602,91	50,1%	127 237,35
HSH NORDBANK AG 14/02/2017	5 000 000,00		99,21%	100,0%	5 001 108,56	99,4%	4 972 238,94
JP MORGAN 12/10/2015	3 000 000,00		94,52%	100,3%	3 009 900,00	95,0%	2 848 839,93
KFW 1.75% 08/04/14	4 000 000,00		101,81%	101,3%	4 050 254,10	102,5%	4 101 372,22
KFW 3.125% 04/08/16	1 700 000,00		107,03%	105,8%	1 798 104,53	109,2%	1 857 202,78
KION 2006-1 A	671 557,97		57,28%	98,1%	659 033,90	57,6%	387 114,47
LEV FIN CAP II 02/09/2016	1 931 714,49		76,68%	97,6%	1 884 580,65	77,5%	1 496 282,86
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020	5 500 000,00		56,51%	101,0%	5 552 750,71	56,7%	3 120 944,91
MAGEL 3 A	546 566,40		51,43%	98,6%	538 914,47	51,6%	282 227,77
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018	10 000 000,00		74,13%	99,9%	9 991 944,00	74,2%	7 422 336,00
MORGAN STANLEY FLOAT 04/13/16	5 000 000,00		85,91%	99,8%	4 992 267,50	86,3%	4 317 337,78
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP	2 000 000,00		92,76%	102,7%	2 054 100,00	92,8%	1 855 502,87
PELIC 2 A	98 615,20		66,57%	98,9%	97 530,44	66,6%	65 722,78
RABOBANK 4.25% 04/14	2 000 000,00		105,29%	105,4%	2 108 600,54	108,3%	2 165 596,11
RED ELECTRICA 3.5% 10/16	2 000 000,00		99,57%	99,6%	1 991 837,08	100,4%	2 007 636,83

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	85,80%	101,6%	5 080 140,00	86,3%	4 316 517,83
SANTANDER CONSUMER FLOAT 09/28/2016		4 000 000,00	75,28%	100,2%	4 009 761,05	75,3%	3 012 361,33
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	99,48%	100,1%	3 003 895,80	99,5%	2 985 577,27
TELEFONICA EM 3.661% 09/18/2017		2 000 000,00	92,47%	100,1%	2 002 234,21	93,5%	1 870 265,68
TELEFONICA EM 5.496% 04/01/2010		2 000 000,00	102,21%	107,8%	2 156 620,72	106,3%	2 126 469,84
THEME 4 A		794 648,52	56,93%	97,2%	772 477,83	57,2%	454 202,00
UNICREDIT SPA 2.625% 10/15		3 000 000,00	90,85%	99,7%	2 990 169,49	91,3%	2 738 625,00
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	0,00%	100,9%	1 008 768,51	0,0%	0,00
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0	119 425 706,01			120 904 428,80		105 196 116,29
Subtotal	0	159 175 706,01			160 719 679,22		141 113 255,07
Total	133 300	159 175 706,01			163 753 322,18		143 730 365,07
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							-2 217,94
Total	0	0,00			0,00		-2 217,94
Total	98 219 836	272 061 337,78			574 034 138,60		548 734 177,51
3 - Total Geral	177 917 765	304 631 337,78			796 886 829,76		970 014 921,05





Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º. 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º. 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade também se insere por força do disposto no DL n.º. 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da atividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objeto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º. 5/2010-R e a Circular n.º. 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, um conjunto de deveres em matéria de divulgação pública, bem como numerosas recomendações quanto ao processo de elaboração, aprovação e conteúdo desta política.

Com base no referido enquadramento legal e regulamentar, procede-se assim à elaboração da presente Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. para o ano 2012, a qual na sua generalidade retoma os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior.

1. Práticas remuneratórias

A Comissão de Vencimentos da Tranquilidade e respectiva Assembleia Geral sempre consideraram que a política de remunerações seguida até à data tem sido correcta e adequada aos objectivos estratégicos da Companhia e do Grupo Accionista no qual se insere.

Efectivamente, a remuneração dos órgãos sociais sempre foi aprovada pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral, tendo as suas decisões seguido a legislação aplicável, no respeito por práticas cuja bondade foi demonstrada ao longo dos anos pelo sucesso dos resultados apresentados pela Tranquilidade ao seu accionista.

As decisões tomadas em matéria de aprovação das remunerações dos órgãos sociais caracterizam-se ainda pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;

- O alinhamento das práticas remuneratórias com os interesses dos Accionistas;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Os alegados excessos que terão existido noutras instituições não se verificam na Tranquilidade, contribuindo igualmente para tal, o facto da Tranquilidade, tendo em consideração a sua estrutura accionista, com forte intervenção e participação na sua gestão, bem como uma assinalável estabilidade na composição dos seus órgãos sociais, se caracterizar por um adequado controlo de riscos e pela ausência de políticas de curto prazo que assumam um elevado grau de riscos para a Sociedade.

2. Política de remuneração

2.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, proposta pela Comissão de Vencimentos, sendo a mesma objecto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, à Comissão de Vencimentos define as condições e limites em que a remuneração fixa e variável dos Administradores da Tranquilidade é determinada.

A Comissão de Vencimento é actualmente composta por dois membros, eleitos pela Assembleia Geral de 02 de Abril 2008 para um mandato de quatro anos, que termina em 2011.

c) Composição da Comissão de Vencimentos

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre Outubro 2005 e Dezembro 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do *Board of Directors*, do *Human Resources e Compensation Committee* e do *Nominating and Governance Committee* da NYSE Euronext.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex-Instituto de Estudos Superiores de Évora). Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral um representante da Comissão de Vencimentos.

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

2.2. Remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 12º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

2.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 26º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

2.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de Novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

2.5. Remuneração do Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano. Para além da remuneração fixa, de acordo com a política de remuneração aprovada, ao Presidente do Conselho de Administração poderá igualmente ser paga uma remuneração variável, nos termos previstos no n.º. 3 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade.

2.6. Remuneração dos Membros não Executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

Dando cumprimento à recomendação prevista no ponto IV.10 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, aos membros não Executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração variável, auferindo apenas a remuneração fixa prevista no parágrafo anterior.

Os membros que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com a Tranquilidade, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades ou pela Tranquilidade, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

2.7. Remuneração dos Membros da Comissão Executiva

a) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva, sem prejuízo do disposto no n.º. 1 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, auferem a mesma remuneração, com excepção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

b) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimento até ao final de Março de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior, ou na sua falta, directamente em sede de Assembleia Geral.

c) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral sendo que poderá representar até 80% da Remuneração Total Anual, não podendo nunca ser inferior a 40% desta.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros dos órgãos sociais a título de remuneração variável, quando for atribuída, fica sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

d) Equilíbrio na remuneração

A parte variável representará, em média, cerca de 40% da remuneração, podendo atingir no limite cerca de 60% da remuneração total.

Em todo o caso, o montante exacto da componente variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável é calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável é proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

Para o ano 2012, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definido para o ano 2012, quaisquer planos de atribuições de acções ou de opções de aquisição de acções da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros da Comissão Executiva.

f) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros da Comissão Executiva assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

g) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

h) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

i) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relacionadas com a cessação das suas funções.

j) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva, em caso de destituição sem justa causa.

k) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não são atribuídos aos membros da Comissão Executiva quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

3. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada - Principais características

Os Administradores têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem desempenhado esse cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Para o efeito, encontra-se constituído um fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade" gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., do qual todos os Administradores da Tranquilidade são Participantes.

As principais características do Plano de Pensões constante no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (Tranquilidade) são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da segurança Social, actualmente fixado em 65 anos, ou em qualquer outra idade inferior, que de acordo com as normas da Segurança Social, seja possível, e ainda em caso de invalidez;
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na Tranquilidade por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se também, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício de funções como membro do Conselho de Gestão da Tranquilidade Seguros, E.P.;
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensões a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa, podendo ser inferior. O salário pensionável corresponde, a cem por cento da remuneração média mensal ilíquida dos últimos 36 meses que antecedem a data em que o Administrador entre na situação de reforma, multiplicada por 12.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objecto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada em 27 de Fevereiro de 2007.

4. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

5. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade durante o ano de 2011

(milhares de euros)

	Remuneração Total		Total
	Fixa	Variável	
Comissão Executiva			1 488,2
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	164,9	135,7	300,6
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	188,4	108,5	296,9
António Miguel Natário Rio-Tinto	188,4	108,5	296,9
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	188,4	108,5	296,9
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	188,4	108,5	296,9
Conselho de Administração			328,0
Rui Martinho Leão (Pres.)	73,5	20,3	93,8
Miguel Luís Kolback da Veiga	33,5	-	33,5
António José Baptista Souto	33,5	-	33,5
Manrico Iachia	33,5	-	33,5
António Manuel Rodrigues Marques	133,7	-	133,7
Conselho Fiscal			71,1
José Manuel Ruivo da Pena (Pres.)	21,1	-	21,1
Rui Manuel Duarte Sousa Silveira	16,6	-	16,6
António Ricardo Espírito Santo Bustorff	33,4	-	33,4
Total Remunerações	1 297,3	590,0	1 887,3

Os valores indicados incluem as remunerações fixas ou variáveis auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração pelo desempenho das suas funções nas restantes do Grupo Tranquilidade (T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros Logo, S.A.).

Comparativamente a 2010, verificou-se no ano 2011 um decréscimo de 8,42% no valor total das remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais, passando o mesmo de 2 045,5 para 1 887,3 milhares de euros.

No caso específico da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., a remuneração variável atribuída, em 2011, aos Membros dos Órgãos Sociais totaliza cerca de 355 milhares de euros, o que representa 3,05% do lucro líquido individual do exercício de 2010.

Política de remuneração dos “colaboradores com funções-chave”

Enquadramento

De acordo com o estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, também se insere por força do disposto no DL n.º 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No que diz especificamente respeito à atividade seguradora, esta matéria foi no decorrer do ano 2010 objeto de desenvolvimentos regulamentares, tendo sido publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e a Circular n.º 6/2010, ambas do dia 1 de Abril.

Dessa nova regulamentação resultou, em concreto, o dever de também divulgar a política de remunerações aplicável aos colaboradores das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que, pese embora não sejam membros dos respetivos órgãos de administração ou de fiscalização, auferiram uma remuneração variável

e exerçam a sua actividade no âmbito das funções-chave ou outra actividade que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

Mais exigente do que a Lei n.º 28/2009, quanto ao correspondente âmbito e conteúdo, a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio impor que a informação a divulgar relativamente à Política de Remuneração em vigor na empresa para os “Colaboradores com Funções-Chave”, abranja os seguintes aspetos:

- Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos referidos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;
- Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração;
- Relação entre a remuneração fixa e variável e limites aplicáveis à remuneração variável;
- CrITÉRIOS de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Por sua vez, a Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio definir um conjunto de recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações, preconizando nomeadamente que:

- A remuneração fixa dos “Colaboradores com Funções-Chave” em relação à componente variável, quando esta exista, represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;
- A componente variável da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” seja sujeita a um limite máximo;
- O pagamento de parte substancial da componente variável da remuneração seja feito em instrumentos financeiros, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição;
- A quantificação da componente variável da remuneração atenda complementarmente a critérios não financeiros e dependa, em parte, do desempenho coletivo da unidade onde o colaborador se integra;
- A remuneração variável em função do desempenho seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
- O pagamento de parte da remuneração variável seja diferido;
- O montante da remuneração variável dos colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções e não das áreas sob o seu controlo;
- A política de remuneração seja, pelo menos, anualmente avaliada de forma independente pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.

Adicionalmente, pese embora o carácter não injuntivo destas recomendações, o Conselho de Administração da Tranquilidade deve, por força do estipulado no n.º 3 do artigo 4º da Norma 5/2010-R anteriormente referida, enviar anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração com estas recomendações, numa lógica de *comply or explain*.

Com base no enquadramento legal e regulamentar acima brevemente definido é deste modo elaborada a presente Política de Remuneração dos Colaboradores com “Funções-Chaves” da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. para o ano 2012, a qual retoma na íntegra os procedimentos e princípios definidos na política do ano anterior, tendo presente, quer a atualidade dos mesmos, quer ainda o resultado da avaliação interna independente efetuada nos termos recomendados na Circular 6/2010.

1. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da Tranquilidade considera que a política de remuneração seguida até à data em relação aos seus Colaboradores e, em particular, em relação aos que desempenham Funções-Chave ou funções que possam impactar no perfil de risco da Companhia, tem sido correcta e adequada aos Objectivos Estratégicos quer da própria empresa, quer do Grupo Accionista no qual se insere.

As decisões tomadas neste âmbito caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os critérios da avaliação de desempenho anual dos colaboradores;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional e, em particular, no sector segurador.

A Tranquilidade não foi assim internamente afectada pelas patologias remuneratórias relacionadas com a recente crise financeira que motivaram algumas intervenções normativas nacionais sobre remuneração das instituições financeiras.

Com o objectivo de assegurar um constante alinhamento com as melhores práticas do mercado, a Tranquilidade procurou ajustar-se, na medida adequada, às indicações contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, relativas ao próprio conteúdo da política – as quais, reitera-se, têm carácter meramente recomendatório, sendo dirigidas às instituições numa lógica de *comply or explain*.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da Tranquilidade formaliza, através do presente documento, a política de remunerações aplicável aos seus “Colaboradores com Funções-Chave” na qual se consagram os seguintes pilares essenciais:

- a) Promoção do equilíbrio entre as componentes fixa e variável da remuneração total, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;
- b) Definição do montante efectivo da remuneração variável em função da avaliação de desempenho a realizar anualmente pelo Conselho de Administração.

Na Tranquilidade, para o ano 2012 e à semelhança do já verificado em 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez, no ano da avaliação de desempenho do colaborador a que diz respeito.

De igual modo e inerente ao facto da empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, também a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração.

2. Delimitação do âmbito de aplicação da política de remuneração

Nos termos previstos na Norma nº. 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Director Coordenador, Director-Adjunto, Director de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direcções de Risco Global e Controlo Interno e Direcção de Auditoria), mas também,
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função actuarial, bem como ao Actuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular nº. 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Directores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam actividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da Tranquilidade, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

3. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam activamente diversos quadros das principais Direcções da Companhia, em particular da Direcção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário. A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pela Comissão Executiva.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho – Presidente
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente da Comissão Executiva
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso – Comissão Executiva
António Miguel Natário Rio Tinto – Comissão Executiva
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno – Comissão Executiva
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente – Comissão Executiva
António José Baptista do Souto
Miguel Luís Kolback da Veiga
Manríco Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

4. Remuneração

a) Composição das remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a actividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 84% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2012 deve corresponder, em média, a 16% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo individualmente considerado não deverá exceder 20% do valor total da remuneração.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Tranquilidade, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado à Direcção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento;

A RVA é paga em numerário no período imediatamente a seguir à data de referência dos resultados.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo;
- Orientação para o Cliente;
- Capacidade de Negociação;
- Conhecimento dos Produtos e Serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de Equipa;
- Visão Estratégica;
- Planeamento, Organização e Controlo.

5. Outros benefícios atribuídos aos “colaboradores com funções-chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o sector segurador.

6. Ampliação do âmbito de aplicação da presente política de remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 2 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular n.º. 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respectivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

Anexo I - Declaração de Cumprimento (N.º 1 do Artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adopção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses à longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento, rentabilidade e protecção dos clientes;	√		
I.2 Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	√		
I.3 Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objectiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências.	√		
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	√		
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	√		
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	√		
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objecto de formalização em documento autónomo, devidamente actualizado, com indicação das alterações introduzidas e respectiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	√		
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	√		
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efectuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;	√		
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;	√		Não há recurso, neste âmbito, à prestação de serviços externos por parte de consultores
III.4 A CR deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;	√		
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões efectuadas.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efectivamente criada, protecção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à actividade;		X	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	√		
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;		X	Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	√		
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das acções que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.		X	Embora não haja lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável em relação aos Vogais do Conselho de Administração sem funções Executivas, encontra-se prevista, especificamente em relação ao Presidente do Conselho de Administração, a possibilidade da remuneração anual incluir uma componente variável.
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	√		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesse a longo prazo da instituição.		X	Não aplicável tendo em conta a estrutura accionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também colectivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;	√		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;		X	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	√		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição;		X	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que exerçam funções-chave			
V.8 Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;	√		
V.9 Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	√		
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	√		
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
VII. Grupos Financeiros			
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações;	√		Estes princípios encontram-se devidamente consagrados na Política de Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., em relação à T-Vida, Companhia de seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A.. No futuro, o cumprimento dos mesmos será também avaliado pelas funções de controlo em relação às restantes empresas sujeitas à supervisão do ISP, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. detenha uma participação qualificada.
VII.2 A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro;	√		
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VII.4. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		



09

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 1.314.070 milhares de euros e um total de capital próprio de 380.303 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 33.878 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para as situações seguintes:
 - ♦ Conforme referido na nota n.º 3 (Alteração de Políticas Contabilísticas) do Anexo às Demonstrações Financeiras, até 31 de Dezembro de 2010, a Companhia procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. A partir de 2011 e de acordo com uma das opções previstas no IAS 19 (Benefícios dos Empregados) a Companhia optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de Reservas.

A alteração da política contabilística, de acordo com o IAS 8 (Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros), é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data, em Reservas, a totalidade dos desvios actuariais diferidos. Assim, o Balanço e a Demonstração de Ganhos e Perdas comparativos foram reexpressos tendo a Companhia registado uma diminuição nos capitais próprios com referência a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010 no montante de 14.588 milhares de euros e 15.217 milhares de euros, respectivamente, enquanto que no resultado



líquido referente a 31 de Dezembro de 2010 foi registado um aumento de 600 milhares de euros.

- ♦ Conforme referido na nota n.º 23 (Obrigações com Benefícios dos Empregados) do Anexo às Demonstrações Financeiras, a aprovação, em Dezembro de 2011, do novo Contrato Colectivo de Trabalhadores de Seguros vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando os colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Lisboa, 12 de Março de 2012



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2011 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva, ao Comité de Gestão de Risco Global e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, nomeadamente, pelas funções de Auditoria Interna, Controlo Interno e Gestão de Riscos, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continuou a adoptar uma política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização de riscos particularmente recomendável na actual conjuntura e que se reflectiu, designadamente, no reforço do capital próprio em 76,8 milhões de Euros relativamente ao ano anterior e, também, na melhoria da taxa de cobertura da margem de solvência, a qual cresceu de 573% em 2010 para 671% em 2011.

A nossa acção no exercício de 2011 incidiu com particular interesse e detalhe sobre o planeamento e implementação das acções a decorrer até 2013 para adaptação da Companhia ao novo regime de Solvência II e às suas consequências para a actividade seguradora, nomeadamente, nos desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da gestão de risco, do controlo interno, de "compliance" e de auditoria interna, tendo em vista a adopção das melhores políticas e práticas geralmente aceites a nível internacional e, ainda, em consonância com os requisitos regulamentares aplicáveis.

Para além disso, acompanhámos regularmente os esforços da Comissão Executiva para prosseguir de forma equilibrada a implementação de uma estratégia de internacionalização e de crescimento da sua quota do mercado interno, em paralelo com a adopção de uma política de gestão prudente tendo em vista minimizar os inevitáveis efeitos da grave crise financeira internacional dos últimos anos e cujos desenvolvimentos têm vindo a marcar negativamente e de forma significativa todos os sectores de actividade e, em particular, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2008-2011.

Após o final do exercício de 2011 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2011.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2011, datada de 12 de Março de 2012, contendo não só a opinião emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras, e com a qual concordamos, como também uma oportuna chamada da atenção dos utilizadores das Demonstrações Financeiras da Companhia para:

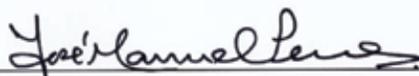
- Os efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras de 2011 e 2010 da alteração, em 2011, da política contabilística que vinha sendo adoptada pela Companhia para o reconhecimento dos desvios actuariais relacionados com o cálculo das responsabilidades por pensões de reforma dos trabalhadores, conforme detalhadamente referido nas Notas 3 e 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras;
- O facto de em 23 de Dezembro de 2011 ter sido aprovado o novo Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, no âmbito do qual foram introduzidas diversas alterações aos benefícios laborais que se encontravam em vigor, nomeadamente, no que respeita às pensões de reforma e benefícios de saúde.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e em consonância com as respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 8 de Março de 2012, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 que integram o respectivo Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2011, no montante de 33.877.603,35 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão acima referido.

Lisboa, 14 de Março de 2012

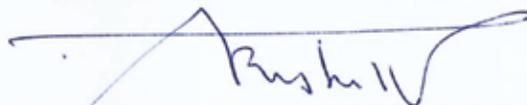
O Conselho Fiscal



José Manuel Ruivo da Pena – Presidente



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – Vogal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Vogal

10

Quadros Directivos

Assessoria para Assurfinance

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

Luís Espírito Santo Silva Ricciardi

Assessoria para Marketing e Comercial

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Assessoria para Desenvolvimento Internacional

Artur João de Carvalho Fonseca Duarte

Assessoria para a Gestão de Talentos

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Auditoria

Dinora Clara Feijão Margalho Botelho

Direcção Comercial de Retalho

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção Comercial Norte

António Fernandes da Silva

Direcção Comercial Centro

Fernando José Feijão Oliveira Santana

Direcção Comercial Sul

Ana Cristina Branco Marques

Direcção de Médias Empresas

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção de Assurfinance e Vida

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Direcção Financeira e Administrativa

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

José Paulo Castro Trigo

Direcção de Marketing

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Organização e Sistemas

José Manuel Mendes Esteves Serra Vera

Direcção de Pessoal ¹⁾**Direcção de Risco Global e Controlo Interno**

Luís António Jardim Franco

Direcção de Sinistros ¹⁾**Direcção Técnica**

João Carlos Dores Candeias Barata

¹⁾ Em nomeação





Rede de Lojas

Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa
Tel.: 218 452 170 • Fax: 218 452 179
E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés
Tel.: 214 118 910 • Fax: 214 118 919
E-mail: algés@tranquilidade.pt

Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada
Tel.: 212 735 120 • Fax: 212 735 129
E-mail: almada@tranquilidade.pt

Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora
Tel.: 214 985 730 • Fax: 214 985 739
E-mail: amadora@tranquilidade.pt

Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro
Tel.: 234 400 510 • Fax: 234 400 529
E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga
Tel.: 253 203 270 • Fax: 253 203 289
E-mail: braga@tranquilidade.pt

Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança
Tel.: 273 310 170 • Fax: 273 310 179
E-mail: braganca@tranquilidade.pt

Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais
Tel.: 214 823 800 • Fax: 214 823 809
E-mail: cascais@tranquilidade.pt

Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco
Tel.: 272 349 520 • Fax: 272 349 529
E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra
Tel.: 239 851 980 • Fax: 239 851 989
E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho
Tel.: 227 331 270 • Fax: 227 331 279
E-mail: espinho@tranquilidade.pt

Évora

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora
Tel.: 266 730 640 • Fax: 266 730 649
E-mail: evora@tranquilidade.pt

Faro

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro
Tel.: 289 880 060 • Fax: 289 880 069
E-mail: faro@tranquilidade.pt

Funchal

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum • 9000-052 Funchal
Tel.: 291 201 860 • Fax: 291 201 869
E-mail: funchal@tranquilidade.pt

Gondomar

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar
Tel.: 224 663 870 • Fax: 224 663 879
E-mail: gondomar@tranquilidade.pt

Guarda

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda
Tel.: 271 205 020 • Fax: 271 205 029
E-mail: guarda@tranquilidade.pt

Guimarães

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães
Tel.: 253 439 610 • Fax: 253 439 619
E-mail: guimaraes@tranquilidade.pt

Leiria

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel
2400-098 Leiria
Tel.: 244 860 340 • Fax: 244 860 349
E-mail: leiria@tranquilidade.pt

Lisboa (Central)

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa
Tel.: 213 503 500 • Fax: 213 503 584
E-mail: lisboa@tranquilidade.pt

Lisboa (Praça de Londres)

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa
Tel.: 218 428 820 • Fax: 218 428 829
E-mail: pracalondres@tranquilidade.pt

Matosinhos

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos
Tel.: 229 396 550 • Fax: 229 396 559
E-mail: matosinhos@tranquilidade.pt

Montijo

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo
Tel.: 212 309 580 • Fax: 212 309 589
E-mail: montijo@tranquilidade.pt

Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas
Tel.: 219 344 780 • Fax: 219 344 789
E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel
Tel.: 255 710 680 • Fax: 255 710 699
E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada
Tel.: 296 301 390 • Fax: 296 301 399
E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão
Tel.: 282 410 030 • Fax: 282 410 039
E-mail: portimao@tranquilidade.pt

Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto
Tel.: 226 082 000 • Fax: 226 009 814
E-mail: portol@tranquilidade.pt

Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém
Tel.: 219 409 880 • Fax: 219 409 889
E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém
Tel.: 243 303 320 • Fax: 256 200 329
E-mail: santarem@tranquilidade.pt

Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal
Tel.: 265 520 280 • Fax: 265 520 289
E-mail: setubal@tranquilidade.pt

Tomar

Alameda 1º de Março, 50 • 2300-431 Tomar
Tel.: 249 310 870 • Fax: 249 310 879
E-mail: tomar@tranquilidade.pt

Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras
Tel.: 261 334 420 • Fax: 261 334 429
E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo
Tel.: 258 806 360 • Fax: 258 806 369
E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 286 540 • Fax: 263 286 549
E-mail: vilafrancaxira@tranquilidade.pt

Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão
Tel.: 252 501 960 • 252 501 969
E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia
Tel.: 223 773 100 • Fax: 223 773 109
E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

Vila Real

Av. 1º de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real
Tel.: 259 302 480 • Fax: 259 302 489
E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu
Tel.: 232 484 640 • Fax: 232 484 649
E-mail: viseu@tranquilidade.pt



Linha de Apoio ao Cliente

707 24 07 07*

www.tranquilidade.pt

infogeral@tranquilidade.pt

*Horário - 8h45 às 21h00 todos os dias úteis
Assistência 24h - 7 dias/semana

BES
art COLECCÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

Imagem de capa:

VALTER VINAGRE

b. 1954, Portugal

Da série Variações para um fruto,

“S/ título #13”, 2003

Prova por destruição selectiva de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5cm

Edição única

Cortesia do Artista